

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

AMANDA GABRIELLA CIPRIANO

A CENTRALIDADE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
UM OLHAR SOBRE A CASA DE ACOLHIMENTO SEMENTE VIVA

FLORIANÓPOLIS

2017

AMANDA GABRIELLA CIPRIANO

**A CENTRALIDADE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:
UM OLHAR SOBRE A CASA DE ACOLHIMENTO SEMENTE VIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Samira Safadi Bastos

FLORIANÓPOLIS

2017

AMANDA GABRIELLA CIPRIANO

**A CENTRALIDADE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM
OLHAR SOBRE A CASA DE ACOLHIMENTO SEMENTE VIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

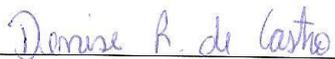
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Samira Safadi Bastos
Departamento de Serviço Social – UFSC
Presidente



Profa. Dra. Rúbia dos Santos Ronzoni
Departamento de Serviço Social – UFSC
1º Examinadora



Denise Rozane de Castro
Casa de Acolhimento Semente Viva
2º Examinadora

Dedico este trabalho a pessoa mais especial da minha vida, que infelizmente não esteve presente nestes anos de graduação devido a distância, mas que sempre esteve junto ao meu coração, meu irmão caçula, Rafinha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente minha dupla de fãs nº 1: minha mãe e meu pai. Sempre com muito amor me incentivaram a estudar desde pequena e me apoiaram quando decidi cursar Serviço Social, uma das escolhas mais marcantes da minha vida. Vocês foram fundamentais na minha caminhada, agradeço por confiarem que eu conseguiria chegar até o fim. Todas as preocupações que tiveram comigo, por todo o esforço em me alegrar nos meus piores momentos, tenho muita sorte em tê-los na minha vida. Vocês são sensacionais!

Sou grata à todos os professores, alunos, amigos, colegas de trabalho, pessoas que trabalham na UFSC e arredores, enfim, todos que cruzaram por mim no caminho. Agradeço por todo conhecimento que pude adquirir ou compartilhar com vocês neste período de graduação. Todos com quem tive contato e conversei sobre esta monografia colaboraram de uma forma ou de outra para que eu chegasse até este momento de conclusão. O conhecimento não está aprisionado em salas de aula, a vida nos ensina todos os dias de diversas maneiras, basta estar disposto a aprender.

Last, but not least, agradeço de todo o meu coração à minha orientadora Samira, que me acolheu com tanto carinho quando eu estava desesperada achando que não ia conseguir uma orientadora. Serei eternamente grata por sua compreensão, seu respeito, sabedoria e inquietações compartilhadas e por ter me apresentado cuzcuz marroquino (delícia!). Principalmente por ter participado deste momento tão assustador que foi o fim da graduação e elaboração do TCC, uma fase que envolve tantas dúvidas a respeito do nosso futuro e o futuro da profissão. Tenho um carinho imenso por ti, cheiro! Te desejo tudo que o universo puder oferecer de melhor.

The greatest obstacle to discovery is not ignorance, it is the illusion of knowledge¹.

(Daniel J. Boorstin)

¹O maior obstáculo da descoberta não é a ignorância, é a ilusão do conhecimento.

FAVELA VIVE – PARTE 2²

Eu levanto na febre, hein
Fuzilando a alcateia de demônios que me seguem
Eles querem meu sangue num cálice
Na mão dos vermes se satisfazem
Alguns cigarros de maconha
munições dentro da gaveta
Sem ideia, sem letra
A vida anda um inferno
querem morte ou me querem na cadeia
Na cadeira de rodas ou de réu de júízo
Pagando porque eu dei prejuízo
Na cena do crime, cheio de flagrante em cima
Sem microfone, sem rima
Acabado de drogas, ausência de sorriso
Meu sangue escorrendo no meio-fio
Olhando vitrine, planos pra vender cocaína
Me espetar com a mesma seringa
De pistola ou então oitão, sem perdão
Sem compaixão, sangue no chão, armas nas mãos
(não dá pra correr) é isso que eles querem
Sem estudo sem razão, visão sem unção, só meu caixão
Eles se empenham, até tiveram chance
Mas c*ção que não tem foco se perde
Eles nunca me esquecem
mas já nem mais me alcançam
Os mais sábios me pedem, pensem
Quantos de nós se foi?
O pior não falei, quanto filhos se perdem?
Quantos nascem pra fazer a diferença?

² Favela vive – parte 2 é uma música brasileira de rap feita pelos mc's: Lord, BK, Funkero, DK e MV Bill, no ano de 2016. A letra nos remete a diversas expressões da questão social vivenciadas no contexto das favelas do Brasil. Faz referência a temas como: guerra ao tráfico de drogas, condições de acesso a saneamento básico, moradia e educação, cultura política no Brasil, questões étnicas e raciais, mídia, genocídio da juventude negra, entre outros temas relevantes.

E se isso é melhor que conseguem
Bota a cara onde os becos fervem
Pra ver a besta que vocês não conhecem

E quem sobe pra me matar
é o mesmo que me vende a arma
Então você que não sabe ou finge que não sabe
Pense bem na hora de apontar, ó o carma
Você que quer minha morte, sobe
Compra comigo, me deixa forte
Chega a dar azia, eu vou fazer minhas notas
Sair no pinote, antes que essa hipocrisia me note
É, lágrimas são de graça, sorrisos tão caros
Os irmãos tão quebrado
Entre o banho de prata, roendo igual traças
Cortando igual lâminas
Ser conciso é raro
é que o anjo arranca as asas se o lucro tá nos pecados
Com o bolso cheio de ar, se sentindo sufocado
Enquanto a padaria manipula a massa, vende Bolsonaro
Há! eu que trago o sonho, chamam de lixo sonoro
Cansados da dor, gás pra se impor
Quem se importou, quem se cortou, descarregô
Dando um, dois, quem conquistou reinos
Quem engoliu verdade que vomita depois
Às vezes cego e não quero ser guiado pelo cão
Não preciso de um pastor alemão
Eu lucro fazendo dinheiro
mas ganho fazendo meus irmão pensar
Somos iguais, não vamos nos matar
Iih, o crime te chama, rapaz
Não se entregue de vez, negue de vez
Não seja burro igual meu pai
Não viu a coisa mais inteligente que fez

E o Estado, estado crítico
tem me detestado e é recíproco
Tem testado meu espírito, escapo sem equívoco
E vou, não é como se comportar no beat
E sim na vida, isso que é flow

Favela vive no coração de cada morador
Na lembrança de cada vida que a guerra levou
Somos a tribo perdida, trazida de longe
Somos filhos da lama, Brasil que a mídia esconde
Nos entopem de pólvora, coca, esgoto a céu aberto
E quilombos de madeirite e concreto
O futuro chegou e ainda usamos corrente
Escravidados através do tráfico de entorpecente
Nos empurram todo dia goela a abaixo
Ódio, medo, desespero e incentivo à violência
Dizem que somos bandidos
Mas quem mata usa farda
e exala despreparo e truculência
Cada beco da cidade guarda um pouco da guerra
Com projéteis que acerta, com projéteis que erra
Parece cocaína, mas é só tristeza
Ódio nos olhos de quem só conheceu pobreza

Quem é o inimigo? quem é você?
Nessa guerra sem motivos e sem vencedor
Quem é o inimigo? quem é você?
A bala perdida acha o outro sofrido
Somos soldados pedindo esmolas
Crianças de pistola, jogando a infância fora
Ninguém incentiva um favelado a ler, escrever
Nós já nascemos preparados pra morrer
Nos proibiram de sonhar, se f*deram
Somos o monstro que vocês criaram, seu pesadelo

Essa p*rra é um campo minado
PM aplica pena de morte com aval do estado
Quem tá certo? quem tá errado?
Só sei que o alvejado é sempre o favelado
Quantos irmãos tombaram cedo demais
Favela vive sangrando implorando por paz, paz!

Beco da mina é vietnã Faixa
de gaza, terreno hostil
Onde a gente abraça quem a gente ama
Mas nós não pode largar o fuzil
Desde o dia que eu lembro que o abo caiu
Foi que aumentou todas minhas neuroses
Virar a madrugada, charrar na cachaça
E depois pilota as motos mais velozes
Cumpade Lord, eu também ouço vozes
Vamos testar o peito do super-homem
Eles tão falando que fecha 10 a 10
Então nosso bonde fecha 11 a 11
Do alto do morro, tô olhando pra longe
Querendo paz dentro da minha favela
Tô bolando um plano, treinando uma tropa que
Dorme e acorda já pronta pra guerra

Defendo cada palmo da terra
O certo é o certo, o certo é o fundamento
Mexer com um de nós, nós busca dentro de casa
Deixar pegado pra ficar de exemplo
Mas nesse momento só penso no lucro
Conto essas notas por notas, com calma
Coração não tenho há um tempão, vagabundo
Falta bem pouco pra eu perder minha alma
Não deixa o dinheiro vim e fazer nós, mano
Nós que faz o dinheiro

Enquanto o rap nascer na favela
Vão ser as mulher e as criança primeiro
Lamba os beijo, fuma do meu beck
Taças pro alto de dom pérignon
Coma da minha carne, aproveite o banquete
Que hoje vai ser sua ultima refeição
Só favela vive

Se for pra botar pano quente
Eu prefiro o isqueiro e botar fogo
Olho grande no progresso alheio
isso é inveja, pra mim não é jogo
Aqui nesse mundo
bandanas na cara não valem de nada
Pequenos soldados da vida real
carregando fuzil e granada
Favela vive!

Bagulho de sujeito homem, não de moleque
Não vem querer pagar de patrão
Aqui ninguém é chefe só porque fuma um beck
Vai além da visão, sair de casa
e bater de frente com o caveirão
Com um. 762 apontado na minha cabeça
O cana me revistando e cheirando minha mão, não
Papo de realidade, vários não chegaram na minha idade
Não dá pra acreditar que vai mudar
Se trocar o nome de favela pra comunidade
Pouco importa a nomenclatura se falta cultura
Louca vida dura foi pra sepultura
Vendo a escravatura, hoje ninguém atura
Tem que ter postura pra poder cobrar da prefeitura
Na gaveta gelada do iml
Vários amigos que foram abatido pela cor da pele
Tática inimiga, bota a bala pra comer e menos um nigga

Atiram na nuca primeiro, derrubam certo
pra perguntar depois
A mídia não cala nossa voz
Favela vive parte 2

CIPRIANO, Amanda Gabriella. **A centralidade da Assistência Social na Casa de Acolhimento Semente Viva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina), Florianópolis, 2017.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social versa sobre o Sistema de Seguridade Social brasileiro, notadamente sobre a política de Assistência Social. O objetivo deste trabalho é analisar a lógica da centralidade da Assistência Social no âmbito da Seguridade Social. Sustentado pelo tripé: Saúde, Previdência e Assistência, tem como objetivo proteger e garantir os direitos da população conquistados na Constituição de 1988. O argumento central discute que nos últimos anos a orientação do Estado está sendo atravessada por uma política neoliberal que demanda a centralidade da Assistência Social como principal política de proteção social. Enquanto isso, os serviços públicos que compõem a saúde e previdência, estão sendo entregues à mercantilização e a privatização. Atualmente a Seguridade Social sofre sucessivos ataques das classes dominantes e seu Estado para desmantelamento de seus serviços, repercutindo diretamente na área de atuação do Serviço Social. A pesquisa fez uso do método crítico-dialético, e conta com duas fontes de pesquisa: a observação participante no campo de estágio e a consulta bibliográfica aos autores que discutem o tema proposto. Sustentados pelo trabalho e pesquisa de Ana Elisabete Mota (2010) e Beatriz Augusto Paiva (2014), buscamos clarificar de que forma o processo de contrarreforma da Seguridade Social impacta na Assistência Social, considerando o espaço de realização do estágio obrigatório, a Casa de Acolhimento Semente Viva. Conclui-se que o cenário de proteção social está ameaçado devido as políticas neoliberais adotadas pelo Estado. A construção de consenso da desresponsabilização do Estado e do privado ao mesmo ao passo que entifica o discurso da solidariedade e ajuda cívica da mistificada sociedade civil. Esta monografia busca contribuir para este debate, além disso agregar conhecimento para futuras pesquisas.

Palavras-Chaves: Seguridade Social. Assistência Social. Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACAJE – Associação Comunitária Amigos de Jesus

BC – Banco Central

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CMAS – Conselho Municipal da Assistência Social

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

COPOM – Comitê de Política Monetária

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CUIDA – Cadastro Único Informatizado de Adoção

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

OSS – Orçamento da Seguridade Social

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PCS – Programa Comunidade Solidária

PIA – Plano Individual de Atendimento

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNCFC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária

SAI – Serviço de Acolhimento Institucional

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SGD – Sistema de Garantia de Direitos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	18
1.1. CONFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL	18
1.2. MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	25
1.3. MUDANÇAS ORÇAMENTÁRIAS E DESRESPONSABILIZAÇÃO DO ESTADO	33
2. CENTRALIDADE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM OLHAR SOBRE A CASA DE ACOLHIMENTO SEMENTE VIVA	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	54
ANEXOS	57

INTRODUÇÃO

Atualmente o Brasil possui um sistema de proteção social baseado no tripé da Seguridade Social, constituído por três políticas: Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Este modelo foi inaugurado com a Constituição Federal de 1988, fruto de disputas e lutas de classe, em que reconhece formalmente direitos sociais da população brasileira. Entretanto, é preciso considerar que o Estado está em constante processo de reformulação, desta forma as políticas sociais regulamentadas e operacionalizadas por ele também são alteradas. Nas últimas décadas é evidente o avanço da perspectiva neoliberal em todas as esferas das relações sociais, sob discurso de livre mercado - as classes dominantes operam a reforma do Estado. O posicionamento que o Estado³ adota repercute na materialidade e condução do conjunto da Seguridade Social.

A Seguridade Social tem como objetivo agregar políticas que de forma articulada possam garantir condições mínimas de reprodução da classe trabalhadora. De acordo com Mota (2010) o modelo de constituição pós-88 incorpora a concepção de proteção social dos países desenvolvidos, entretanto, a autora reconhece que na realidade a seguridade social “como um sistema de proteção integrado e universal não aconteceu nem do ponto de vista da sua organização administrativa e financeira, nem do ponto de vista do acesso” (MOTA, 2010, p. 138). Tendo em vista os interesses do capital em maximizar lucros, cada vez mais a classe trabalhadora é atingida pelo desmonte das políticas sociais que deveriam servir como forma de proteção no tensionamento da relação capital e trabalho.

Apesar de o texto constitucional mencionar a Assistência Social em 1988, apenas em 1993 foi sancionada a primeira Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742 de 17 de dezembro de 1993. O texto dispõe sobre a organização da Assistência Social, propondo um sistema descentralizado e participativo. Sendo a política de Assistência Social direito do cidadão e dever do Estado, para atendimento das necessidades básicas. Anos mais tarde foi iniciada

³ Gramsci colabora para compreendermos a configuração de Estado, e em seu artigo, Ivete Simionatto utiliza o pensamento deste importante autor para realizar a leitura do Estado contemporâneo. Para o pensador italiano o Estado deve ser considerado de forma ampliada, em que apresenta uma nova forma do ser social: a sociedade civil, sendo ela permeada por contradições, devido a sua característica heterogênea, como espaço de construção de hegemonia. Há frações da sociedade civil que, articuladas às oligarquias financeiras de alcance global, exercem hegemonia via poder político econômico, controlando os aparelhos privados reprodutores de ideologia. A nova organização do Estado ampliado confere submissão às classes dominantes do aparelho estatal, inclusive para que por meio de consenso a direção política seja o projeto hegemônico da classe burguesa, aceito como de interesse geral. Para ver mais: SIMIONATTO, Ivete. **A influência do pensamento de Gramsci no Serviço Social brasileiro**. Trilhas, Belém, v.2, n.1, p. 7-18, jul, 2001.

a construção e implementação do SUAS, decisão tomada na IV Conferência Nacional de Assistência Social – Brasília/2003. O Sistema assemelha-se em alguns aspectos com o SUS, oferecendo um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social. Concomitante a este processo de implementação do SUAS houve a definição da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004.

Este processo de pauperização da classe trabalhadora resulta conseqüentemente no aumento das demandas à Assistência Social, em sua pesquisa Mota (2010) demonstra “tanto o aumento da demanda por Assistência Social, como sinaliza a possibilidade de uma nova fratura na universalidade da seguridade social que deveria ser assegurada pelo conjunto articulado das políticas de saúde, previdência e assistência que a integram” (MOTA, 2010, p. 136). Todavia o Estado, atendendo aos interesses das classes dominantes, passa a conferir centralidade à política de Assistência Social ao mesmo tempo em que a Saúde e Previdência tornam-se alvo de privatizações, caracterizado por um processo de mercantilização dos direitos sociais (MOTA, 2010, p. 141).

Tendo em vista as questões levantadas, o presente trabalho de conclusão objetiva discutir a lógica da centralidade da Assistência Social no âmbito da política de Seguridade Social brasileira. Entre os objetivos específicos temos: discutir o desmonte das políticas públicas, notadamente a política de Assistência Social, analisar as implicações do neoliberalismo na política de Assistência Social nas últimas décadas e problematizar a lógica da centralidade da Assistência Social na Casa de Acolhimento Semente Viva.

Analisar o processo de estabelecimento da Assistência Social no campo dos direitos é necessário para entendermos os desdobramentos atuais. Além disso, a discussão sobre este tema é relevante frente ao acirramento do processo de acumulação capitalista e apropriação privada da riqueza socialmente construída. Ademais, haja vista que o atual governo Michel Temer vem instituindo diversas reformas no campo da Seguridade Social a fim de atender as requisições de organismos financeiros globais, se faz importante a discussão crítica dos mecanismos de proteção social ofertados a população.

A pesquisa fez uso do método crítico-dialético, e conta com duas fontes de pesquisa: a observação participante no campo de estágio e a consulta bibliográfica. Buscamos contribuir ao debate sobre o tema abordando alguns conceitos que compõem o SUAS e dialogam com a experiência de estágio, como matricialidade sociofamiliar, convivência e fortalecimento de vínculos trabalhados por Paiva (2014). Diante de uma tendência cada vez maior da disseminação de valores fundamentais ao neoliberalismo, como o individualismo, as categorias utilizadas no

âmbito do SUAS, com enfoque nas famílias, podem na verdade ser contraditórias. Por esta razão, é necessário uma leitura crítica da instituição família, considerando o espaço em que ela ocupa e sua funcionalidade ao sistema capitalista de produção.

A política de Assistência Social atua no enfrentamento das expressões da questão social decorrentes do sistema capitalista de produção, visa atender as demandas da população e seus respectivos direitos. A legislação brasileira dispõe de leis e estatutos específicos para determinados segmentos populacionais, como por exemplo, a lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Tal lei prevê a proteção integral deste segmento etário que se encontra em condição especial de desenvolvimento.

Considerando o exposto, o campo de proteção à infância e juventude é espaço sócio-ocupacional regulamentado do Serviço Social, embora venha sendo ocupado muito antes da CF/88. Por conseguinte, é também campo de estágio, de onde surgiram nossas dúvidas. O estágio curricular obrigatório foi realizado na instituição Casa de Acolhimento Semente Viva, período de grande aprendizado, mas também de inquietações.

Buscando responder ou clarificar algumas das questões percebidas a partir da experiência em estágio na Casa de Acolhimento Semente Viva, resolvemos abordar a relação entre centralidade da Assistência Social e seus efeitos nos serviços de acolhimento, especificamente na instituição supracitada. Em razão de ser uma instituição de caráter privado que oferta um serviço público de competência da política assistencial municipal, algumas problemáticas foram levantadas. Entre algumas das inquietações que surgiram estão: o voluntariado, equipe mínima de atendimento, captação e repasse de recursos, articulação com a rede socioassistencial, entre outros.

Entretanto, para buscar responder estas dúvidas foi necessário o distanciamento do olhar focalizado na instituição, e voltar-se ao olhar macro, de forma que fosse possível compreender a inserção da Casa de Acolhimento na constituição da política de Assistência Social no Brasil. Não podemos isolar os acontecimentos vivenciados durante o estágio como únicos, este movimento de desresponsabilização do Estado no enfrentamento das expressões da questão social atinge diversas esferas.

Historicizando desde suas primeiras formas de proteção social nas configurações contemporâneas, compreendemos que a construção de uma política de Seguridade Social no Brasil foi resultado de lutas de classe, mobilizadas por setores progressistas da sociedade civil desde o período ditatorial. Empreendidas durante anos, as lutas da classe trabalhadora hoje em dia, refletem a tentativa de garantir os direitos já conquistados e impedir a regressão dos mesmos, retrocessos advindos das contrarreformas do atual governo de Michel Temer.

O estudo foi organizado em duas sessões principais, sendo que a primeira discute a política de Assistência Social no Brasil, subdividido em três sessões, compondo desta forma: Conformações contemporâneas da Assistência Social no Brasil; Matricialidade sociofamiliar e fortalecimento de vínculos; Mudanças orçamentárias e desresponsabilização do Estado. Nesta sessão trazemos elementos que constituem a política de Assistência Social e que de alguma forma refletem nos serviços socioassistenciais realizados pela instituição Casa de Acolhimento Semente Viva.

Já a segunda sessão apresenta a Casa de Acolhimento Semente Viva, caracterizando a instituição e o serviço realizado, bem como o papel do Serviço Social. Abordamos a relação com a política de Assistência Social, funcionamento do serviço de acolhimento, articulação com a rede socioassistencial, entre outros pontos pertinentes. Buscando sempre analisar os fenômenos percebidos no estágio à luz do método crítico-dialético, considerando a totalidade e o contexto histórico.

Logo, na próxima sessão iremos apresentar os elementos que consideramos relevantes para adentrar a problemática da centralidade dada à Assistência Social no âmbito da Seguridade Social. O estudo foi significativo para afirmar a importância da política, como também explorar o espaço socioocupacional do assistente social nos serviços de acolhimento. Somando desta maneira a pesquisa na área do Serviço Social e contribuindo ao debate contemporâneo da Seguridade Social no contexto brasileiro. Assim como foi possível problematizar teoricamente algumas questões percebidas no âmbito da Casa de Acolhimento Semente Viva, realizando análise e avaliação da experiência de estágio curricular obrigatório.

1 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

1.1 Conformações contemporâneas da Assistência Social no Brasil

Para abordar aspectos que caracterizam a política de Assistência Social na atualidade brasileira, não podemos deixar de pontuar breves elementos presentes em sua origem quando das primeiras formas de enfrentamento da pobreza evidenciada no século XIX. Assim, pode-se dizer que as expressões da chamada questão social⁴ no contexto brasileiro eram tratadas até o século XX como disfunções dentro da sociedade e fora da perspectiva do direito, evidenciadas nos conflitos de classe entre capital e trabalho.

Assim, a Assistência Social no Brasil, como principal política de atendimento à referida questão, vem sendo modificada desde seu surgimento com a presença marcante da caridade e da filantropia, visto que majoritariamente as ações socioassistenciais eram conduzidas por instituições religiosas e filantrópicas, utilizando-se, por exemplo, da doutrina social da igreja, para o atendimento à população mais vulnerável compreendido como benesse.

O período do governo João Goulart (1961-1964) foi marcado por uma forte tensão entre sua proposta de governo, nacional desenvolvimentista, e as propostas da burguesia internacional, capitaneadas pelos Estados Unidos, além das pautas que iam ao encontro dos interesses da burguesia nacional como a reforma agrária. Haja vista os interesses internacionais contundentes e em curso de abrir o país para o capital internacional, foi articulado um golpe militar, culminado em 1964.

O desgaste do regime militar, as lutas empreendidas até a clandestinidade e à custa de muita tortura e de mortes, e, sobretudo o declínio do falso “milagre econômico”⁵, fizeram com

⁴ Segundo Iamamoto, a questão social é manifestada na sociedade capitalista madura pelo conjunto de expressões da desigualdade. Sendo estas disparidades intermediadas pelo Estado e produto das relações de exploração no processo de produção coletiva de riqueza e apropriação privada da mesma, ou seja, o trabalhador vende sua força de trabalho para satisfação de suas necessidades humanas. A autora continua a respeito da referida questão social que "(...) expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal" (IAMAMOTO, 2001, p. 16). Para ver mais: IAMAMOTO, Marilda Villela. *A questão social no capitalismo*. Temporalis, Brasília, n. 3, p. 9-31, 2001.

⁵ O período do chamado milagre econômico compreendeu um período de crescimento econômico brasileiro, principalmente na década de 1970, sem contudo ser acompanhado de desenvolvimento social ou de distribuição da riqueza: “As determinações do PAEG, auxiliadas pelo contexto internacional, propiciaram a concretização do alegado ‘milagre econômico’. Esta fase estável da economia, defendida por Delfim Netto com o slogan ‘primeiro fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo’, ocorreu paralelamente aos chamados ‘anos de chumbo’. Este fora o período mais repressivo da ditadura, iniciado pela edição do AI-5, no fim de 1968. Tais fatores corroboraram para um expressivo aumento na concentração de renda.” Para mais informações, ver em: <https://voyager1.net/economia/o-mito-do-milagre-economico-da-ditadura-militar>, acesso em: 29/10/17.

que as pressões de setores progressistas e de resistência na sociedade civil⁶ viessem à tona. A insatisfação popular foi aumentando, advindo o esgotamento do regime, e, após muita mobilização, encerra-se em 1985 a longa ditadura militar brasileira, marco este representado pelas eleições para presidente da república, ainda que indiretas.

Após este período de forte repressão e violências arbitrárias, como também da massiva campanha pelas *Diretas Já*, foi elaborada e aprovada a CF/88. Conhecida como Constituição Cidadã, esta norma geral do estado brasileiro contém em seu conjunto expressões das lutas e tensões no seu processo de construção e aprovação do texto final, ou seja, ganhos em termos formais aos trabalhadores, bem como estratégias das elites na manutenção dos privilégios. Contudo, nos cabe dizer que ainda que este seja um debate extremamente pertinente, não faz parte do foco deste trabalho de conclusão de curso. Desta maneira, nos concentraremos na constituição da política de Assistência Social brasileira.

Assim, a CF/88 inaugura, após muitas lutas, a condição do direito à Assistência Social, configurando-a como política social⁷ inserida no tripé da Seguridade Social, juntamente com saúde e previdência. A política de Assistência Social no Brasil é dotada de particularidades, como por exemplo, possui caráter não contributivo, compensatório e é direcionada à quem dela necessitar. Visto isto, Marcelo Sitcovsky (2010) declara que para compreendermos melhor os desdobramentos da política de Seguridade Social devemos olhar para a história política e econômica, que interfere fortemente no meio social (SITCOVSKY, 2010, p. 147).

Não obstante, mesmo com esta política assegurada constitucionalmente, o governo e suas alianças tem fortes influências para direcionar de que forma as políticas serão empreendidas. Após o processo da constituinte, o Brasil sofre mais um período de atrelamento aos interesses internacionais, tendo sido conduzido às reformas do Estado. Sob o discurso de eficiência e eficácia dos gastos públicos, defendia a ideia de um Estado gerencial, baseado a título de exemplo nas recomendações internacionais do *Consenso de Washington (1989)* para combate

⁶ Conforme Netto (2004, apud SITCOVSKY 2010, p. 166) durante o período da ditadura militar houve a emersão e fortalecimento, *na sociedade civil*, de organizações das classes subalternas, diferenciando este conceito da forma da generalização no senso comum convenientemente dada à *sociedade civil* como sendo o conjunto de todas as formas organizativas que estariam teoricamente ou juridicamente fora do Estado e da esfera do privado.

⁷ A concepção de política social pode ser aqui entendida partindo do pressuposto de que elas são resultado da luta de classes e da resistência histórica empreendida pela classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho, e como expressa Netto (1996), teriam a função de preservar e controlar a força de trabalho, e ao mesmo tempo, de baratear o capital. O autor levanta que a política social isola expressões da questão social como particulares e as enfrenta como se assim de fato assim se constituíssem. Deste modo, seu caráter contraditório se presentifica à medida que é resultado de luta para minimizar a barbárie das condições materiais, bem como pode nos afastar de perspectivas mais transformadoras da exploração cotidiana do capitalismo, quando não compreendemos seus limites e funções dentro deste modo de produção, nem nos organizamos com esta clareza no horizonte. Para ver mais: NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 2ed., São Paulo: Cortez, 1996.

à miséria nos países latino-americanos. Recomendações de cunho neoliberal expressas no período das reformas dirigidas pelo então ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Bresser-Pereira foi responsável pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, aprovado em 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Este período de reformas teve como justificativa que o Estado deveria apenas financiar atividades sociais e científicas, ficando ao cargo de instituições não-governamentais a execução das políticas sociais, por exemplo (BRESSER-PEREIRA, 2000, p. 2). Sitcovsky (2010, p. 160) salienta que "no referido Plano Diretor, a Assistência Social figura como a galeria do setor de serviços não-exclusivos do Estado", ou seja, legítima que serviços da política que garantem direitos sociais sejam executados por outras instituições e organizações não governamentais. Esta finalidade fica explícita neste trecho em que Bresser-Pereira defende a reforma empreendida pelo Estado como benéfica:

A Reforma Gerencial de 1995 tem três dimensões: uma institucional, outra cultural, e uma terceira, de gestão. No trabalho que eu e minha equipe realizamos no MARE demos prioridade para a mudança institucional, já que uma reforma é antes de mais nada uma mudança de instituições. Mas só foi possível aprovar as novas instituições depois de um debate nacional no qual a cultura burocrática até então dominante foi submetida a uma crítica sistemática, ao mesmo tempo em que as novas instituições eram defendidas, particularmente a quebra da estabilidade total de que gozavam os servidores na Constituição de 1988, e a idéia de transformar os serviços sociais e científicos prestados pelo Estado em organizações sociais, ou seja, em organizações públicas não-estatais financiadas pelo orçamento do Estado e supervisionadas através de contratos de gestão (BRESSER-PEREIRA, 2000, p. 7).

Considerando estes fatores externos e internos que repercutem na dinâmica política e econômica, reconhecemos que a década de 1990 foi marcada por um governo que geriu o Estado pautado em preceitos evidentemente neoliberais, acarretando em retrocessos aos recém ganhos sociais (MOTA, 2010, p. 138). A autora mencionada ainda aponta que o movimento de contrarreforma da seguridade é marcado principalmente pela privatização e mercantilização das políticas de saúde e previdência, ao passo que a política de Assistência Social se amplia (MOTA, 2010, p. 133).

Todavia, para além das conquistas e do significado da PNAS no campo dos direitos sociais, sobre a qual falaremos mais adiante. De acordo com o discurso de déficit do Estado, seriam então o Sistema Público de Saúde e a Previdência Social insustentáveis a uma suposta harmonia fiscal do Estado brasileiro, obviamente escamoteados os reais destinos - portadores de caráter de classe - do orçamento público federal.

Nos estudos realizados por Mota (2010) são evidenciados os processos históricos incorporados pelo Estado para atender as proposições neoliberais de plano mundial, advindas especialmente de organismos como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Caracterizando desta forma uma inserção subalterna e dependente do Brasil no capitalismo tardio.

Estabelece-se uma "nova" relação entre Estado e sociedade civil, onde o Estado burguês outorga a esta última categoria o dever de compartilhamento das próprias incumbências e da esfera privada, apelando via solidariedade, burlando então sua atribuição como principal provedor dos serviços socioassistenciais. Seguindo esta linha de análise a sociedade civil é vista como solidária, socialmente responsável e cooperativa (MOTA, 2010, p. 144). Descaracteriza-se desta forma a heterogeneidade e interesses divergentes de classes, presentes na esfera da sociedade civil.

Todavia, Sitcovosky (2010), problematiza a suposta criação de uma “novas” bases para a relação entre Estado e “sociedade civil”. O autor confronta este ideário e afirma que na realidade verifica-se a tentativa de “*organizar, racionalizar e regulamentar a relação público/privado, com o intuito de evitar a sobreposição de ações e o desperdício de recursos, sob o argumento da eficiência e da eficácia*” (SITCOVSKY, 2010, p. 161).

A política de Assistência Social tem no caso brasileiro a particularidade de conquista tardia após duas longas ditaduras, representada a partir do contexto do processo de redemocratização. Neste bojo, a dura conquista deste direito vai configurar igualmente o panorama das formas de enfrentamento à pobreza presentes nas estratégias da burguesia internacional e local. Entendendo esta configuração a partir do Brasil, um país de capitalismo dependente a serviço dos grupos de poder localizados nos países centrais, salientamos aqui as contribuições de Loïc Wacquant sobre o Estado Penal⁸ como sendo o que vigora em muitas partes do mundo, mesmo em países centrais. Cujas tônica central de enfrentamento da pobreza está na focalização das ações de Assistência Social e na criminalização da classe trabalhadora, expressa contemporaneamente seja pelos altos índices de encarceramento marcado por classe, raça e etnia, seja pelo genocídio juvenil pobre, bem como pelo incremento do aparato repressivo, tornando-se este, objeto direto de obtenção lucro.

Deste modo, tudo leva a crer que a configuração da Assistência Social como política não contributiva, direito do cidadão e dever do Estado, que teve sua regulamentação a partir da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, de 1993, encontra-se do ponto de vista histórico

⁸ Para ver mais: WACQUANT, LOÏC. Notas aos leitores brasileiros: rumo a uma ditadura dos pobres. In *As prisões da miséria*. Tradução André Telles, Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2001.

com a sua instrumentalização a serviço de compensações mínimas frente à forte repressão à classe trabalhadora, levando em consideração as características da construção da particular democracia brasileira.

Todavia, foi a partir da aprovação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, no ano 2004, possível regulamentar os compromissos assumidos para a proteção social dos cidadãos. Como é possível verificar no trecho abaixo, presente na PNAS, o Estado assume como responsabilidade a política de Assistência Social, mas na sua normatização e prática utiliza de artifícios para a desresponsabilização de suas funções.

Nessa direção, a presente Política Nacional de Assistência Social – PNAS busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da Assistência Social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (BRASIL, 2005, p. 13).

Mota (2010) considera que “a criação do Sistema Único de Assistência Social robusteceu e reordenou as ações da assistência” (MOTA, 2010, p. 134). Este aspecto também é levantado por Paiva (2014) que buscou em sua pesquisa compreender “as inovações trazidas pelo novo desenho do SUAS” (PAIVA, 2014, p. 29). Este conjunto de leis, normativas e o próprio sistema único em si, foram um avanço para a proteção social, porém “a burguesia brasileira, subordinando o Estado aos seus interesses, utilizou projetos e ações relacionados à proteção social para legitimar-se” (MOTA, 2010, p. 135). Por esta razão, a autora supracitada demonstra em seus estudos de que maneira o Estado utiliza desta ampliação na área da Assistência em detrimento de outras políticas inseridas no tripé da seguridade, como já mencionadas, as políticas de saúde e previdência.

Conforme Mota (2010), ao mesmo tempo ocorre a expansão e fragmentação da política de Assistência, ou seja, a Assistência Social adquire centralidade no âmbito das políticas sociais na medida que se torna a principal forma de enfrentamento da pobreza. Este processo, de expansão da assistência sob prejuízo de outras políticas que atendem a população, é percebido principalmente a partir do governo Lula, com a massificação dos programas de transferência de renda. Segundo a autora, contraditoriamente redistribuiu entre os próprios trabalhadores, sobretudo por meio de impostos diretos sobre o produto, não incidindo, por exemplo, sobre as grandes propriedades e fortunas.

O receituário neoliberal desenvolve seus propósitos concomitante ao projeto de reforma social e moral da burguesia. Mota (2010) demonstra que a expansão pública e a mercantilização fazem parte das estratégias das classes dominantes em capitalizar politicamente a Assistência Social. Sendo assim, “(...) Em tal contexto, um dos instrumentos de repolitização da política,

como parte da *pedagogia da hegemonia*⁹, consistiu em definir este segmento de classe como ‘*excluídos*’ e os programas de Assistência Social como estratégia de inclusão” (MOTA, 2010, p. 141).

Refletindo sobre estes *excluídos*, não podemos deixar de elucidar o que Maria Augusta Tavares¹⁰ (2004) aponta como sendo de grande importância para a manutenção da lógica de exploração, por exemplo, referente aos trabalhadores informais, cuja capacidade contributiva de reprodução do sistema capitalista se entrelaça às economias ilegais. Ou seja, ainda que estes trabalhadores estejam às margens do acesso à muitos direitos, eles são parte integrante da expropriação presente nas metamorfoses do capitalismo contemporâneo.

Para sua consolidação nos tempos presentes, a burguesia utiliza-se de artifícios dentro do próprio aparelho estatal para que, reformulando seus aparelhos coercitivos em mecanismos persuasivos, seu projeto de sociedade burguesa seja concebido como de interesse geral. Consoante ao projeto burguês, Mota (2010) indica que a centralidade da Assistência serve além do mais como meio de deslocar o foco para a incapacidade do sistema capitalista de produção de acesso a satisfação das necessidades por meio do direito ao trabalho (MOTA, 2010 p. 141).

O trabalhador vai sendo convencido pelo conservadorismo extremamente útil de que não há diferenças entre as classes, nem entre seus projetos e lutas, portanto, de que não há alternativas ao capitalismo, bem como vai sendo convertido em empreendedor e deve buscar a previdência privada no mercado, como contribuinte autônomo, distanciando mais da noção de classe e conseqüentemente, da consciência de luta de classes (MOTA, 2010, p. 144). A reestruturação produtiva capitalista promove a precarização do trabalho, enfraquecimento das relações trabalhistas¹¹, além da reforma do Estado, de modo que este não interfira no modo de acumulação capitalista em forte expansão nos tempos de “crise” (MOTA, 2010, p. 140). A respeito deste movimento Mota (2010) considera que:

[...] de um lado, o mercado passa a ser uma mediação explícita; de outro, a expansão da assistência recoloca duas novas questões: o retrocesso no campo dos direitos já consolidados na esfera da saúde e previdência e a relação entre trabalho e Assistência

⁹ De acordo com Mota (2010) pedagogia da hegemonia “se realiza através do atendimento de algumas necessidades objetivas das classes trabalhadoras, integrando-as a sua lógica reprodutiva” (MOTA, 2010, p. 142).

¹⁰ Para ver mais: TAVARES, Maria Augusta. *Os fios(invisíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.

¹¹ O governo de Michel Temer vem desde o princípio de seu mandato agindo com o propósito de alterar a CLT, o que já resultou em significativas perdas aos trabalhadores. Mesmo com certa resistência da classe trabalhadora foi sancionada pelo presidente a Reforma Trabalhista em 13 de Julho de 2017. Entre os pontos principais da reforma estão o enfraquecimento da relação de negociação entre trabalhador-empregador, sendo feita de forma individual e direta, além da flexibilização das horas trabalhadas e férias, sendo possível dividir o período de recesso em até 3 vezes e prolongar jornadas de trabalho por até 12 horas, e negociar intervalo para descanso/almoço. Para mais informações, ver em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/25/politica/1493074533_442768.html, acesso em 02/09/17.

Social em tempos de desemprego e precarização do trabalho. O desdobramento no Brasil real parece indicar que, mais uma vez, o grande capital utiliza o social como pretexto para ampliar seu espaço de acumulação [...] (MOTA, 2010, p. 137).

A centralidade da Assistência Social dá espaço a uma política com característica de focalização, tendo como público alvo aqueles cidadãos que não podem ou não conseguem suprir suas necessidades no mercado, portanto tornam-se cidadãos objeto da política de assistência, contudo ainda carregada de condicionalidades no acesso aos bens sociais e materiais (MOTA, 2010). Basta ver o quadro em que se coloca esta política, face às demandas cada vez mais crescentes da classe trabalhadora “(...) a Assistência Social passa a assumir, para uma parcela significativa da população, a tarefa de ser a política de proteção social e não parte da política de proteção social” (MOTA, 2010, p. 144). Por sua vez, o mercado só oferece serviços socioassistenciais quando existe algum incentivo fiscal por parte do Estado, realizando um serviço focalizado e insuficiente.

Mota (2010) aponta que os impactos no consumo e mínimos sociais de subsistência advindos dos benefícios de transferência de renda acarreta numa *passivização* da questão social, uma vez que atendem “(...) algumas necessidades objetivas das classes trabalhadoras, integrando-as à sua lógica reprodutivas” (MOTA, 2010, p. 142).

Para compreender as configurações contextuais desta recente política, recorreremos a Beatriz Augusto Paiva (2014) cuja pesquisa buscou compreender o Sistema Único de Assistência Social no estado de Santa Catarina. Dentre os planos investigativos estavam a pesquisa documental de instituições, bem como entrevistas com vários sujeitos do SUAS catarinense (PAIVA, 2014, p. 30). Neste estudo a autora demonstra de que forma foi desenhada a política, relacionando ao enfoque dado aos programas de transferência de renda brasileiros, como Bolsa família e Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Paiva (2014) elege três categorias que norteiam a proteção socioassistencial dentro do SUAS, são elas: matricialidade sociofamiliar, território e participação popular. A autora explica que a escolha destas categorias se deu “(...) porque expressam com nitidez a contradição que perpassa esse arranjo conceitual, ou o citado edifício categorial do SUAS” (PAIVA, 2014, p. 35). Considera, ainda, que a proteção socioassistencial básica é inédita na história das políticas públicas do Brasil, cuja construção sociohistórica diante dos retrocessos sucessivos impostos pelas elites internas e externas, obstaculiza que seja materializada devidamente. Tal indicação leva a autora a fazer articulações com a análise qualitativa das entrevistas feitas na pesquisa, onde percebe que “devido à complexidade das necessidades básicas insatisfeitas, há uma penular incipiência das estratégias implementadas” (PAIVA, 2014, p. 36).

Cabe-nos explicar neste momento que, para este trabalho de conclusão de curso daremos enfoque a categoria da matricialidade sociofamiliar, para compreendermos melhor como se desenvolve o que supomos superestimado, o fortalecimento de vínculos, dentro da Política de Assistência Social brasileira.

Será abordado adiante como esta categoria é necessária para garantia do direito à convivência familiar e comunitária, e ao mesmo tempo quais são as contradições que perpassam esta requisição para a Assistência, sendo estas fruto de indagações feitas no período de estágio na Casa de Acolhimento Semente Viva.

De acordo com a autora da pesquisa, é percebida “a tentativa incipiente de superar o imprevisto, o voluntarismo, a concepção esquemática de ‘família’ e, por fim, a matriz conservadora de trabalho social” (PAIVA, 2014, p. 39). A PNAS é conduzida muitas vezes por preceitos moralistas, utilizando-se da lógica funcionalista-positivista, e por esta razão Paiva (2014) aponta a importância da família como esfera privada das relações sociais, sendo essencial que

O trabalho com famílias, no interior da política socioassistencial, não pode negligenciar os indivíduos em sua inserção classista, nem muito menos adotar a estratégia de propor um sujeito oculto e incorpóreo na construção da cidadania – a família – sob pena de termos, o trabalho socioassistencial, esterelizado na mera manutenção do status quo (PAIVA, 2014, p. 42).

Ainda sobre o trabalho com famílias, Paiva (2014) afirma ser um desafio a efetivação do direito socioassistencial, sendo necessário do profissional “ampla e profunda incorporação dos fundamentos teórico-críticos das políticas sociais” (PAIVA, 2014, p. 46). Entretanto, o esvaziamento político e crítico no planejamento, na execução e na avaliação da política, acarreta no enfraquecimento da árdua jornada de afirmar a Assistência Social como direito, mesmo que este já seja reconhecido legalmente.

1.2 Matricialidade sociofamiliar e fortalecimento de vínculos

Para este trabalho de conclusão de curso, buscamos compreender como ocorre o movimento de centralidade da política de Assistência Social, firmada no tripé da Seguridade Social brasileira, ancorados no trabalho de Mota (2010). Tal qual, é primordial conhecermos de que modo é configurada e direcionada a política de Assistência Social no contexto brasileiro, levando em conta suas normativas e regulamentações. Para isto o trabalho de Paiva (2014) foi essencial, principalmente porque em sua pesquisa recente sobre o SUAS a autora nos traz dados da realidade regional do estado de Santa Catarina. Considerando em sua pesquisa conceitos-

chave da ordenação do SUAS, como matricialidade sociofamiliar, descentralização, participação popular e território.

O trabalho de Paiva (2014) realizou-se na área da proteção socioassistencial básica, na qual temos os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS como unidades territoriais em que são ofertados serviços e benefícios aos usuários. Para fins de pesquisa foram selecionados 23 municípios do estado catarinense, compreendendo um município de cada porte (de acordo com a regulamentação da NOB-SUAS/2005) em cada mesorregião do estado. Nestes espaços foram entrevistados coordenadores, assistentes sociais, psicólogos e usuários do serviço (PAIVA, 2014, p. 31).

Tendo em vista o trabalho interdisciplinar realizado na Assistência Social, buscamos o diálogo com a psicologia a partir do artigo “A família como dispositivo de privatização do social” de Estela Scheinvar (2006). A escolha foi feita por se tratar de um artigo com uma perspectiva crítica a respeito da visão “messiânica” que é estabelecida para a família na sociedade capitalista. A autora identifica que atualmente “a ênfase na família nas campanhas sanitárias, no discurso pedagógico, na normalização jurídica e em todas as práticas profissionais atuais expressa a naturalização de uma estrutura social sustentada na perspectiva indivíduo-família” (SCHEINVAR, 2006, p. 50). O artigo vai de encontro ao que Paiva (2014) aborda em sua pesquisa a respeito da centralidade da família e o irresoluto fortalecimento de vínculos.

Paiva (2014) aborda a centralidade sociofamiliar na configuração da proteção socioassistencial básica, mostrando quais as possibilidades e limites de intervenção tendo como referência a unidade familiar (PAIVA, 2014, p. 35). Tendo em conta a proposta de trabalho a partir da unidade sociofamiliar é necessário referenciar criticamente o significado político e social que a família desempenha na reprodução das relações sociais.

Pensando o trabalho com famílias no âmbito do SUAS, temos o fortalecimento de vínculos como parte integrante da política de proteção social voltada ao núcleo familiar¹² e suas relações. O serviço de convivência e fortalecimento de vínculos é ofertado pela Proteção Social Básica da política de Assistência Social, objetiva fortalecer a função protetiva das famílias, evitar rompimento dos vínculos, assim como prevenir situações de violência intrafamiliar e comunitária.

¹² Conforme as Orientações técnicas para o CRAS, “essa centralidade deve-se ao reconhecimento, pela política de assistência social, da responsabilidade estatal de proteção social às famílias, apreendida como ‘núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social’ e ‘espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias’ dos indivíduos” (BRASIL, 2009a, p. 12).

Grande parte do material disponível para consulta é de caráter governamental, de iniciativa do MDS com a colaboração de diversos autores especialistas na área da infância e juventude. Todavia, vale ressaltar que o SCFV não é de exclusividade às crianças e adolescentes, apesar de ser o público abordado neste trabalho, da mesma forma é dirigido para a população idosa e portadores de deficiência (BRASIL, 2013b, p. 13). O material ressalta a importância do distanciamento conservador que o serviço pode adquirir sem a devida fundamentação teórico-crítica, exposto da seguinte forma:

Para compreender esse traço inovador é necessário reconhecer uma tradição no trabalho social com famílias onde predominaram palestras “educativas” de orientação, associadas a atividades manuais com vistas à produção de mercadorias que, uma vez comercializadas, poderiam gerar renda às famílias. Assim, o trabalho social assumia mais uma característica de integração social tanto pela via do disciplinamento de comportamentos, quanto pela frágil e precária inserção no mundo produtivo. Conhecida como uma matriz de “polícia das famílias”, tal concepção herdada pela política de assistência social das práticas tutelares e de benemerência, expressam uma educação enquadradora e controladora, que buscava incutir nas classes trabalhadoras os valores e modos de vida das elites (BRASIL, 2013b, p. 12).

Ademais, de acordo com a resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o reordenamento do SCFV, apresenta em seu capítulo I a definição da modalidade do serviço (art. 2º) e define o público prioritário (art. 3º):

Da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

Art. 2º O SCFV é um serviço de proteção social básica realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social.

Art. 3º Considera-se em situação prioritária para inclusão no SCFV, as crianças, adolescentes e pessoas idosas: I - em situação de isolamento; II - trabalho infantil; III - vivência de violência e, ou negligência; IV - fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; V - em situação de acolhimento; VI - em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; VII - egressos de medidas socioeducativas; VIII - situação de abuso e/ ou exploração sexual; IX - com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; X - crianças e adolescentes em situação de rua; XI - vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência (BRASIL, 2013c, p. 2).

As entrevistas realizadas durante a pesquisa de Paiva (2014) demonstraram, em sua maioria, discursos acrílicos, munidos de uma visão reducionista, moralista e higienista sobre as diversas configurações de famílias e comunidades, ou seja, incidindo diretamente na condução e prestação dos serviços. A autora considera que estes recentes conceitos-chave (matricialidade familiar, território e participação popular) introduzidos pela PNAS, estão sendo incorporados "com base na empiria do trabalho cotidiano, em vez de ancorá-los as formulações teórico-metodológicas mais densas e consistentes" (PAIVA, 2014, p. 35). Resultando desta forma em

discursos que demonstram "o desconhecimento sobre o alcance da política de Assistência Social como direito" (PAIVA, 2014, p. 43).

De acordo com Paiva (2014) o trabalho com famílias não deve distanciar-se da compreensão de sua inserção classista, assim como deve considerar os determinantes de classe dentro da sociedade capitalista que incidem sobre os indivíduos. De acordo com a autora é necessário que se produza propostas que de fato sejam libertadoras, na medida em que possa ocorrer "transformações no cotidiano das famílias e indivíduos, perante os esquemas de poder, mesmo os interpessoais, e de subalternização social" (PAIVA, 2014, p. 38). Destaca também que o trabalho realizado criticamente considere, por exemplo, gênero e etnia, considerando que historicamente a população atendida pela Assistência Social é majoritariamente de mulheres e negra.

A perspectiva teórico crítica se faz alheia ao senso comum, em que oprime famílias no "delineamento conservador e tutelador dessa versão enigmática da Assistência Social, a qual deve servir para *endireitar as condutas* familiares" (PAIVA, 2014, p. 41). Mesmo na esfera da proteção socioassistencial ainda é recorrente a culpabilização dos indivíduos e suas famílias por concepções preconceituosas a respeito de sua condição de pobreza. Esta cobrança ocorre principalmente às mulheres, tendo em vista a sociedade machista em que vivemos, onde ainda persistem "papéis estigmatizados pelo patriarcalismo, na qual as tarefas de proteção e cuidado seguem exclusivamente femininas" (PAIVA, 2014, p. 43).

Neste delineamento conservador persiste o estigma das famílias rotuladas como "destruturadas", termo que demonstra viés conservador nos serviços da Assistência Social, baseando-se nas pretéritas formas de enfrentamento da pauperização, baseado por exemplo na psicologização dos problemas sociais. O termo pejorativo é replicado por Scheinvar (2006) quando afirma que "há um processo de produção de subjetividades no sentido de naturalizar a institucionalização de um modelo hegemônico de família, que opera por meio da discriminação de outras relações familiares" (SCHEINVAR, 2006, p. 51). Destaca ainda os objetivos por trás do discurso de modelo hegemônico de família, tendo em vista que "a família, que é um âmbito privado, é esquadrihada pelo social, em nome da ordem pública (SCHEINVAR, 2006, p. 51).

Na esfera das relações familiares, são requisitadas a atender um padrão de comportamento que não considera suas demandas de classe, uma vez que pretende adequá-las à ordem instituída pelas classes dominantes. Segundo Scheinvar (2006) a família na sociedade capitalista é "assumida por meio de uma série de estratégias de controle disciplinar, a prática familiar produz efeitos tanto no seu âmbito interno (privado), como no âmbito público (ordem pública)" (SCHEINVAR, 2006, p. 50).

Tendo em vista como são tratadas estas questões em um país com altos índices de desigualdade, Scheinvar (2006) aponta ainda que a concepção de família, para que estas sejam “encaixadas” no modelo hegemônico, parte do ideário da família burguesa

Abstraindo-se a análise das condições necessárias para aderir ao modelo hegemônico, tais equipamentos sociais diagnosticam a incapacidade de a família ser família. Isto ocorre seja retirando os filhos fisicamente ou desqualificando seus saberes e suas ações tanto com classificações estreitas como a de “família desestruturada”, como com intervenções discriminatórias, que submetem indivíduos/famílias a serviços públicos inadequados, de qualidade duvidosa, que não interferem, efetivamente, na condição de vida que os levou a serem alvo de intervenção. O âmbito público faz-se presente nas relações privadas da família, intervindo e marcando a hibridação entre o público e o privado e, desta forma, produzindo o social (SCHEINVAR, 2006, p. 50).

Seguindo esta mesma linha de argumentação, Paiva (2014) atenta que é preciso ter cuidado ao tomar uma concepção esquemática de família, oriunda de uma matriz conservadora do trabalho social. Para ilustrar a culpabilização das famílias por sua condição de pobreza, elegemos a fala de um trabalhador do SUAS, entrevistado durante a pesquisa de Paiva (2014). A seguinte transcrição da fala demonstra reducionismo e confusão quanto ao conceito de matricialidade sociofamiliar no âmbito do SUAS.

É trabalhar a família; todos os indivíduos da família e não só o indivíduo; um olhar para a família. É isso, não trabalhar questões individuais; ver o conjunto, porque, se um indivíduo não está bem, provavelmente aquela família não esteja conseguindo manter a proteção daquela família, então, é isso, cuidar da família como um todo, ter um olhar coletivo (A.S. A1. Md) (PAIVA, 2014, p. 37).

À vista disso, as famílias são requisitadas a adotar certos padrões que não as representam e não dialogam com as condições materiais delas, ao passo que não existem condições e espaço para que a mesma consiga se encaixar neles. Ademais, não considera que as situações de empobrecimento e vulnerabilidade social e econômica vivenciadas pelas famílias usuárias dos CRAS são de ordem estrutural e intrínseca ao sistema capitalista de produção. Realizando uma leitura em que a família só está vivendo aquela situação por razões pessoais e que basta trabalhar individualmente a unidade sociofamiliar para resolução de seus "problemas".

Para Paiva (2014) este processo de subjugação das famílias esconde as contradições próprias do processo de pauperização que são afetadas, além do mais "cabe a esse fantasmático ente a tarefa de sair da pobreza" (PAIVA, 2014, p. 41). Este processo demonstra a concepção neoliberal figurada pelo Estado em que é retirado de suas responsabilidades o enfrentamento das expressões da questão social que afetam as classes trabalhadoras, justamente devido às múltiplas estratégias de acumulação capitalista.

No período da Constituinte muitas foram as requisições dos setores progressistas da sociedade civil no que se refere aos direitos sociais, mas devido a correlação de forças presente em processos decisórios nem todas as necessidades foram atendidas. Mesmo os compromissos

formalmente institucionalizados, foram reformulados aos interesses das classes dominantes, como, por exemplo, a expansão da Assistência Social, trabalhada por Mota (2010). A autora pontua que a partir dos anos 1990 a Seguridade Social “começa a ser ameaçada por uma agenda de prescrições neoliberais e de reformas voltadas para a descaracterização dos recém-instituídos direitos sociais” (MOTA, 2010, p. 138).

Para o sistema capitalista e suas elites mandatárias, é interessante que não exista mobilização coletiva, uma vez que colocaria o sistema produtivo em cheque podendo ser levado a sua extinção. Por esta razão é manifestada de diversas formas, seja por discursos ou formalmente institucionalizada, a tentativa de esvaziamento político das classes. Este movimento advém quando as demandas coletivas são tratadas individualmente como casos isolados, vivenciados somente por determinado indivíduo, família ou segmento social.

No que diz respeito a individualização do enfrentamento das expressões da questão social, Paiva (2014) coloca que os serviços socioassistenciais são reduzidos ao “atendimento pontual ao indivíduo 'necessitado', com seus encaminhamentos subalternizadores, uma vez que baseados no senso comum e nos esquemas tuteladores” (PAIVA, 2014, p. 40). Esta distorção sobre a realidade se traduz na forma em que é projetado no âmbito individual do núcleo familiar a cobrança de respostas frente a pauperização da classe trabalhadora como um todo.

Paiva (2014) aborda a participação popular como estruturante e imprescindível a edificação do SUAS, a autora buscou através das entrevistas com os diversos sujeitos da política investigar de que forma a participação popular é percebida e traduzida no cotidiano. A autora afirma a simbiose entre participação popular e enfrentamento ao próprio sistema de produção, uma vez que “o desencadeamento da participação popular que porta os atributos dinâmicos e políticos para o enfrentamento dos sistemas de privilégios, das assimetrias no acesso à riqueza social, ao poder e à cultura, aspectos que detalhadamente desenham as desigualdades espaciais, produto essencial do sistema econômico capitalista” (PAIVA, 2014, p. 56).

Entretanto, a partir das falas a autora percebeu que a participação ficou reduzida ao comparecimento às atividades do CRAS, sendo entendido apenas como participação das atividades e estruturas já postas. Excluindo, portanto, a possibilidade de integração ao planejamento e avaliação da política executada. Desta forma, “as falas expressam o entendimento da participação a partir da perspectiva integradora, cujo objetivo é exclusivamente coesão social” (PAIVA, 2014, p. 57). Ainda segundo a autora, esta forma de entendimento não oferece espaço para mobilização coletiva das classes trabalhadoras, inclusive dos próprios sujeitos que operacionalizam os serviços socioassistenciais.

Scheinvar (2014) busca elementos explicativos para a concepção de famílias dentro da sociedade capitalista, principalmente em sua fase contemporânea influenciada pelo neoliberalismo. Sendo assim, segundo a autora “a família, no mundo moderno, tornou-se a referência imediata do indivíduo. Aos poucos, as pessoas deixaram de ser associadas preferencialmente a uma comunidade ou à sua proveniência geográfica, passando a ser situadas a partir do seu núcleo familiar” (SCHEINVAR, 2006, p. 50). Outro aspecto levantado pela autora seria o discurso neoliberal que a princípio defende o Estado mínimo, todavia, Scheinvar contrapõe-se na medida em que

Ao contrário da idéia de ausência do Estado, defendida de maneira universal pelo pensamento neoliberal, contemporaneamente, revela-se fundamental a presença forte e decisiva do Estado nas áreas de interesse da ordem burguesa, garantindo a liberdade necessária ao exercício da violência, a partir de regras de mercado (SCHEINVAR, 2006, p. 52).

Vale ressaltar a importância do trabalho com famílias na perspectiva ampliada de inserção classista, desta maneira não estaremos reduzindo apenas ao núcleo familiar de forma isolada, e sim com vistas a organização popular. Tendo em conta que as expressões da questão social não devem ser vistas como mero "caso de família", mas sim produto de relações sociais cada vez mais exploratórias. Na análise de Paiva (2014) a política de Assistência Social pode ser emancipatória ou apenas cumprir o papel de dominação das classes subalternizadas, na medida em que “mesmo no caso da apreensão psicossocial, também esta se revela limitada, uma vez que não adere ao espaço real dos sujeitos da política de Assistência Social, ao menos para além de uma visão tuteladora e moralista” (PAIVA, 2014, p. 37).

A Assistência Social opera no viés da garantia de direitos do cidadão, provendo serviços e benefícios a quem dela necessitar, ou seja, por demanda da população. Na prática temos visto que a política ainda não alcançou o patamar ideal de universalização da cobertura dos direitos sociais, muito pelo contrário, cada vez mais a política é segmentada e focalizada como estratégia de controle e dominação das camadas populares. Tudo isso dentro da lógica capitalista serve para manutenção da classe trabalhadora, enquanto a mesma cumpre um papel necessário para o sistema.

Considerando o desemprego estrutural e a precarização do trabalho como inerentes e necessários aos objetivos do grande capital, a população que é afastada do mundo do trabalho por diversas razões, torna-se o segmento atendido pela política de Assistência Social. Por esta razão, Mota (2010) conclui que existe um movimento de apagamento da questão do direito ao trabalho, via consolidação da Assistência Social como mito para enfrentamento das desigualdades (MOTA, 2010, p. 141). Especificamente sobre os programas de transferência de renda,

considerando suas condicionalidades e burocracias para acesso, a autora supracitada declara que este apagamento da referência ao trabalho é institucionalizado na medida que a renda se torna o meio de acesso ao consumo (MOTA, 2010, p. 145).

Considerando a postura política e econômica do Estado, Scheinvar (2006) relaciona como o neoliberalismo incide sobre os direitos sociais, este que considera que o Estado deve ser não-intervencionista, muda de postura quando necessita que o mesmo Estado interceda em favor do grande capital. Quanto ao Estado subordinado aos interesses do mercado, a autora afirma que:

esta é a sua única e verdadeira prioridade, aparecendo travestida de preocupações por justiça e segurança – por serem apregoadas como fundamentais ao enfrentamento da barbárie que o neoliberalismo instala. No entanto, ao se falar em violência, individualiza-se e particulariza-se cada caso como se fosse uma disfunção, uma “desestrutura” provinda da família. Esta, a família, será a primeira a ser esquadrinhada, acusada e controlada, como se nela estivessem as possibilidades para se reverter um quadro político-social. Tudo isto ocorre, inclusive nos dias atuais no Brasil, tendo como base legal o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reconhece o Estado como um dos possíveis agentes violadores dos direitos. De nada serve ter um instrumento de garantia de direitos se a reivindicação destes persiste em paradigmas preventivistas (SCHEINVAR, 2006, p. 51).

No campo das lutas sociais, à medida que as expressões da chamada questão social são pensadas coletivamente, a capacidade de transformação é ampliada. Como exemplo concreto temos a histórica luta por direito à creche, uma demanda majoritariamente feminina e advinda de classes subalternizadas. Na busca pelo direito ao trabalho estas mulheres precisam trabalhar para prover seu sustento e de seu núcleo familiar, mas simultaneamente são cobradas moralmente e institucionalmente pelo cuidado dos filhos, sobrinhos, netos e/ou outros.

Percebemos a violência por parte do Estado nos casos em que as prefeituras são responsáveis por ofertar o serviço de educação infantil (creches), mas o número de vagas não é condizente à realidade e demanda do município. Desta forma quem pode recorrer ao serviço de educação privado, e aqueles que não tem meios para acessar o mercado utilizam de estratégias improvisadas para conciliar trabalho e maternidade. Coletivizar as demandas para garantia aos direitos já conquistados e avanços na proteção social se torna obrigatório quando “(...) é condição fundante para as estratégias de organização política coletiva direcionadas aos principais dilemas vivenciados pela população” (PAIVA, 2014, p. 46).

1.3 Mudanças orçamentárias e desresponsabilização do Estado

A Assistência Social como política pública no Brasil sofre diversos ataques na atualidade na tentativa de dismantelar seus princípios e objetivos. Desse modo, como parte identificada nesse momento como imprescindível para compreensão do tema abordado neste trabalho de conclusão de curso, devemos discorrer sobre as mudanças orçamentárias que perpassam a política de Seguridade Social brasileira. Assim como abordaremos algumas das estratégias de desresponsabilização do Estado, por exemplo, transferindo suas funções de proteção, seja por meio do discurso de responsabilidade social, do voluntariado¹³, de mais obrigações familiares, da formação da rede de serviços socioassistenciais, dentre outras estratégias de localização das ações do Estado junto ao capital e não à classe trabalhadora¹⁴.

Considerando a disputa de interesses de classes na sociedade, podemos constatar que as classes dominantes utilizam meios para descaracterizar a política de Seguridade Social. Uma das estratégias colocadas diz respeito ao olhar direcionado à sociedade civil, que muitas vezes é vista como oposição ao Estado. De acordo com Sitcovsky (2010) é preciso desmistificar esta relação de divergência, que por vezes serve para legitimar a reestruturação produtiva e a adoção da agenda neoliberal, já que considera “a ideia de existência de um *terceiro setor*, puro e benevolente, imune à burocracia estatal e à avareza do mercado” (SITCOVSKY, 2010, p. 167).

A partir do governo FHC foram intensificadas as relações público-privadas no compartilhamento das obrigações do Estado, sob o discurso de que a sociedade civil historicamente já realizava o atendimento de alguns serviços à população, muitas vezes financiada pelo próprio Estado, como é exemplo o PCS (SITCOVSKY, 2010, p. 160). Sitcovsky aponta que mesmo na PNAS é identificado como necessária esta parceria público-privada como eixo estruturante do SUAS. O autor identifica que as transformações ocorridas com o objetivo de redimensionar as atividades do Estado sustentam a ideia de organizar a rede socioassistencial, que vem a ser “erguida sob a necessidade prático-operativa de estabelecer parcerias com instituições da sociedade civil como forma de garantir o funcionamento e a prestação dos serviços públicos” (SITCOVSKY, 2010, p 164).

Nesta seara, se evidencia como sendo o nebuloso terceiro setor. O termo terceiro setor recebe diferentes definições, entretanto na sua origem vem com o objetivo de categorizar, no

¹³ A casa de Acolhimento Semente Viva depende frequentemente de voluntários e doações, alguns exemplos desta dinâmica do voluntariado na instituição podem ser vistos em anexo neste trabalho.

¹⁴ A compreensão de classe social aqui levantada está assentada na ideia da existência da tendência de bipolarização em duas classes sociais principais - burguesia e proletariado - ainda que existam cada vez mais complexificações os estratos intermediários. Vale salientar que a caracterização das classes sociais e as problematizações que circundam esta questão não se constituem intenção neste trabalho. Uma boa referência e que pretende balizar tal discussão na graduação é: DURIGUETTO, Maria Lucia; MONTAÑO, Carlos. *Estado, Classe e Movimento Social*. 3.ed., São Paulo: Cortez, 2010.

contexto estadunidense, uma tendência de associativismo e voluntariado que estava se organizando, justificado por cumprirem um papel cívico para a sociedade. Cunhado em 1978 por John D. Rockefeller III, o reconhecimento deste setor serve aos interesses do grande capital. Na mesma direção Sitcovsky (2010) contrapõe-se à ideia da existência de um terceiro setor, e além disso pontua que desta forma

constroem a ideia de uma nova sociedade civil, esvaziada dos interesses de classe e preche de altruísmo, solidariedade: a esfera por excelência da colaboração entre classes, ou melhor, entre os indivíduos, pois as classes sociais foram dissolvidas nestas análises e nem mesmo aparecem como elementos constitutivos da realidade (SITCOVSKY, 2010, p. 164).

A revista de circulação nacional *Serviço Social & Sociedade* (n. 130) publicou em sua última edição (set/dez 2017) o artigo de Evilasio da Silva Salvador intitulado “O desmonte do financiamento da Seguridade Social brasileira em contexto de ajuste fiscal”. Utilizamos esta referência para melhor compreensão das mudanças orçamentárias que transcorrem no terreno da Seguridade no Brasil. Segundo o autor o país está vivenciando um contexto de ajuste fiscal e contrarreforma do Estado sob os interesses das classes dominantes, sendo que as mudanças orçamentárias em curso são provenientes desde a década de 1990, em que a influência do neoliberalismo sobre o Estado é acentuada, portanto

Como parte da política de ajuste fiscal, em curso desde 1993, que prioriza a realização de superávits primários para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública, o governo federal vem se apropriando das contribuições sociais destinadas à seguridade social. O corolário é o esvaziamento permanente do financiamento da seguridade social, deixando os recursos públicos liberados para os condutores das políticas econômicas atenderem os interesses do capital. Além de sustentar o discurso público de elevados “déficits previdenciários” para justificar contrarreformas previdenciárias como a apresentada pelo atual governo de plantão por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 287/2016 (SALVADOR, 2017, p. 426).

Segundo o autor supracitado, o caráter de classe é expresso no orçamento público federal por meio de diversas estratégias, uma delas seria a inclusão inconstitucional das aposentadorias de servidores públicos federais (civis e militares) no orçamento da Seguridade Social. Salvador analisa dados do sistema Siga Brasil da execução orçamentária de 2016, em que “revela que foram destinados ao pagamento de aposentadorias e pensões de servidores civis o total de R\$ 65,65 bilhões e mais R\$ 17,34 bilhões ao custeio das pensões militares das Forças Armadas” (SALVADOR, 2017, p. 436). Outra forma de desmonte do orçamento da Seguridade são as renúncias tributárias, voltadas ao socorro do capital, com rebatimentos em nível estadual e municipal, como explicita o autor abaixo

As renúncias tributárias comprometem o financiamento da seguridade social, assim como os fundos de participação dos estados e dos municípios, que são formados a partir da arrecadação dos impostos federais. Com isso, além do esvaziamento do financiamento da seguridade social na esfera federal, também ocorre uma diminuição

de recursos dos fundos de participação de estados e municípios, implicando um menor volume de transferências para os gastos orçamentários dos entes subnacionais com educação e saúde (SALVADOR, 2017, p. 437).

Adentrando nas nossas próprias reflexões, esta desresponsabilização do Estado e transferência de suas funções à sociedade civil, nas mais variadas formas, nos apontam questões que surgiram ainda a partir do estágio obrigatório na Casa de Acolhimento Semente Viva, por tratar-se de uma instituição privada sem fins lucrativos que oferece um serviço público de natureza da responsabilidade municipal, dada sua complexidade e alto custo. No cotidiano do trabalho surgiram muitas dúvidas a respeito da posição que a instituição ocupava e sobre quais seriam os limites e possibilidades sendo privada, porém considerada de utilidade pública, com repasses insuficientes ao seu devido funcionamento¹⁵. Sem esquecer que este mesmo Estado de repasse inconsistente e, por vezes, intermitente se considerarmos a Prefeitura de Florianópolis em 2016¹⁶, irá exigir padrões mínimos do serviço conforme preceitos da PNAS.

Na busca de tentar relacionar as singularidades locais ao funcionamento do modo de produção em que vivemos, percebe-se que no capitalismo as crises são inerentes à sua lógica, e é justamente durante os períodos de crise que as disputas de classes são acentuadas. Não é nenhuma novidade que em ‘tempos de crise’¹⁷ o Estado busca o reestabelecimento da economia, reestruturando-se, por exemplo, cortando gastos com as políticas sociais.

No contexto brasileiro Sitcovsky (2010) indica que “a política de corte nos gastos sociais foi acompanhada por uma significativa retração das políticas sociais, quando não, por processo de desresponsabilização estatal” (SITCOVSKY, 2010, p. 151). O autor ainda coloca que este processo ocorre concomitante a mercantilização da Seguridade Social, a qual se expressa na expansão da Assistência Social e na privatização da previdência social e da saúde pública.

¹⁵ Segundo a coordenadora voluntária da Casa de Acolhimento Semente Viva, o repasse da Prefeitura de Florianópolis equivale a cerca de 40% do valor total de manutenção mensal da casa. Disponível em: <https://www.facebook.com/CasaSementeViva/videos/1656419131271538/>. Acesso em: 10/03/17.

¹⁶ O prefeito eleito em 2016, Gean Loureiro, realizou diversas mudanças a partir do seu mandato em 2017, como por exemplo, avaliar a renovação dos convênios com as ONGs. De acordo com a coordenadora do Fórum de Políticas Públicas, Cintia Mendonça, cerca de 80% das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em Florianópolis são atendidas por ONGs. Este processo de mudança de gestor resultou em atraso e suspensão de repasse das verbas para estas instituições que realizam os serviços socioassistenciais da média e alta complexidade de responsabilidade municipal. Para mais informações ver em: <http://horadesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/general/noticia/2017/03/prefeitura-cortara-metade-da-verba-destinada-a-ongs-em-florianopolis-9754271.html>, acesso em 29/10/17.

¹⁷ De acordo com Sitcovsky (2010) é difundida a tese de crise fiscal do Estado, afetando diretamente a população na medida que os serviços prestados, principalmente em âmbito municipal e estadual, são sucateados por conta da política de corte nos recursos, compreendido pelo Estado burguês como sendo “gastos sociais”, diverso a perspectiva do direito. (SITCOVSKY, 2010, p. 148).

A transferência de responsabilidade do Estado para outros setores faz parte dos interesses da burguesia, que buscam desqualificar e distorcer os serviços socioassistenciais que compõem a esfera dos direitos. Cabe levantar aqui que esta partilha de responsabilidade com a sociedade no atendimento às necessidades básicas está prevista na própria lei que regulamenta a política social de Assistência, em seu primeiro artigo, conforme citação que segue, fazendo pairar o questionamento se não seria este um sinal de rebatimento neoliberal desde a LOAS.

Art. 1º A assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (LOAS, 1993).

Assim, vale ressaltar que devemos considerar a conjuntura histórica, política e econômica em que é aprovada a LOAS, pós-constituente, e sob a tese de crise¹⁸ fiscal e superinflação. De acordo com Sitcovsky (2010, p. 148), desde a década de 1990, as classes dominantes tencionam para que o Estado redimensione “sua atuação na vida social, econômica e política”. Do mesmo modo o autor reconhece que este cenário construído resulta da “impossibilidade de enfrentamento real às crescentes contradições sociais” (SITCOVSKY, 2010, p. 150).

Desta maneira, tomamos como exemplo a política de austeridade fiscal, promovida por Fernando Henrique Cardoso, anterior a sua eleição como presidente do país, quando ainda ocupava o cargo de Ministro da Fazenda. Para o autor, esta política de corte de gastos¹⁹, principalmente sociais, que foi “iniciada por Fernando Henrique Cardoso e mantida pelo governo Lula, faz parte de um conjunto de medidas adotadas – advindas do receituário neoliberal – preconizadas pelas agências financeiras internacionais” (SITCOVSKY, 2010, p. 149).

¹⁸ Ivete Simionatto trabalha em seu artigo o conceito de hegemonia em Gramsci para explicar a tese de crise no Estado capitalista, a autora expõe que “As relações Estado/Sociedade, nesse cenário, elidem a formação de uma cultura que substitui a relação estatal pela livre regulação do mercado. Nessa ótica, a classe burguesa busca eliminar os antagonismos entre projetos de classe distintos, no intuito de construir um “consenso ativo” em nome de uma falsa visão universal da realidade social. Procede-se, assim, uma verdadeira “reforma intelectual e moral”, sob a direção da burguesia, que, em nome da crise geral do capital em nível internacional, consegue socializar uma “cultura da crise” transformada em base material do consenso e, portanto, da hegemonia” (SIMIONATTO, 2001, p. 10). Para ver mais: *A influência do pensamento de Gramsci no Serviço Social Brasileiro*, Trilhas, Belém, v.2, n.1, p. 5-16, jul, 2001.

¹⁹ Durante o governo Michel Temer foi lançada e aprovada a PEC 241 (ou 55) em dezembro de 2016. A proposta que altera o texto da Constituição Federal prevê o congelamento de gastos públicos e institui um novo regime fiscal para o Brasil. A mudança se dá nos gastos primários do governo, atingindo principalmente políticas que visam minimizar os impactos da desigualdade social no país, como nas áreas de educação, saúde, habitação, saneamento e assistência social. O valor do orçamento no ano seguinte deverá ser calculado a partir da inflação do ano anterior, no decurso de 20 anos. Contudo, não compreendemos como falar que na prática os recursos vão ser reduzidos enquanto a demanda aumenta. A justificativa seria “ajustar” as contas públicas do país, mas esta é uma longa discussão sobre a qual não iremos nos aprofundar neste trabalho. Para ver mais: <https://www.cartacapital.com.br/economia/entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-aprovacao-da-pec-55>, acesso em 12/01/18.

A reforma do Estado conduzida pelas classes dominantes visa um Estado que sirva ao modelo neoliberal como *gerencial*, aos moldes da reforma promovida por Bresser-Pereira, que desta forma passa

Por um redirecionamento do papel do Estado que ao invés de políticas sociais públicas, que garantam a reprodução da força de trabalho, adota a perspectiva do *Estado mínimo para o social e máximo para o capital*, tendo este como pressuposto a desregulamentação da força de trabalho, associada a uma desresponsabilização perante a "questão social". Esse processo de transformação do padrão de intervenção do Estado na "questão social" dá origem a um tipo de intervenção que preconiza a participação do chamado terceiro setor ou de parte da sociedade civil (SITCOVSKY, p. 167, 2010).

Sitcovsky (2010) apresenta em sua produção as refrações da política econômica nas fontes de financiamento da Seguridade Social brasileira, englobando similarmente a política de Assistência Social. O autor pontua que o maior gasto da União se refere ao pagamento da dívida pública, sendo que o montante segue crescendo na rolagem dos juros, da qual a taxa de juros²⁰ brasileira é considerada uma das mais elevadas do mundo. Sitcovsky (2010) explana ainda que o endividamento do Brasil “teve origem, principalmente, no processo de estatização da dívida externa privada nos anos iniciais da década de 1980” (SITCOVSKY, 2010, p. 149).

É importante pontuar que existe diferenças entre os últimos governos e a gestão das políticas sociais. O governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, teve notadamente uma maior abertura para setores marginalizados, como foi possível perceber com a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome depois de sua posse, bem como com muitos programas dele decorrentes. Mesmo que não tenham sido feitas grandes mudanças orçamentárias no sentido de taxar grandes empresas ou fortunas, o governo Lula e de sua sucessora Dilma Rousseff buscaram diminuir as desigualdades sociais do país através de políticas compensatórias. Já a postura do atual presidente Michel Temer remonta ao governo Fernando Henrique Cardoso por conta das privatizações e parcerias público-privadas, cortes orçamentários para os gastos sociais e atrelamento aos interesses neoliberais internacionais.

No documento disponibilizado pelo governo relativo ao planejamento do orçamento da União para o ano corrente, é possível conhecer quais áreas o governo irá direcionar os recursos e os valores a serem utilizados. A proposta para o ano corrente previa um orçamento de R\$ 938,0 bilhões para a política de Seguridade Social, sendo destinado para a área da Assistência

²⁰ COPOM e BC discutem atualmente a necessidade do governo realizar as reformas previstas para que seja possível a diminuição da taxa de juros básica. Para ver mais: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-10/copom-queda-dos-juros-depender-de-avanco-das-reformas-e-ajustes-na-economia>, acesso em 01/11/17.

Social R\$ 83,2 bilhões. Tanto nas contribuições de Paiva (2014) quanto de Mota (2010) é salientado o peso que os programas de transferência de renda possuem dentro da política de Assistência, sendo esta característica da distribuição de recursos ainda presente hoje afirmada pelo orçamento governamental do presidente Michel Temer.

O artigo mencionado nos permite uma leitura atualizada a respeito do movimento de desmantelamento da política de proteção social, conteúdo que Mota vem abordando desde sua pesquisa inicial em *Cultura da crise e Seguridade Social* (1995). Conforme o capital pressiona para o redimensionamento do Estado, Salvador (2017) aponta que “o ajuste fiscal tem implicado de forma permanente o (des) financiamento da Seguridade Social e corroborado com um discurso público de elevados ‘déficit previdenciários’ como justificativas para contrarreformas previdenciárias” (SALVADOR, 2017, p. 430).

De acordo com o PLOA para 2017 R\$ 49,9 bilhões seriam destinados ao BPC, por exemplo, e R\$ 29,3 bilhões ao programa Bolsa família. A soma destes dois programas acaba representando praticamente todo o orçamento relativo a política de Assistência Social. Enquanto isso o orçamento previsto para a proteção social básica e especial oferecida pelo SUAS é de R\$ 2,1 bilhões. Sitcovsky (2010) aponta que este recorte tem como rebatimento a colocação dos beneficiários no mercado, mesmo que de forma precária, posto que “a política de Assistência Social, via transferência de renda, tem se constituído um elemento de acesso a bens e serviços circunscritos no circuito de compra e venda de mercadorias” (SITCOVSKY, 2010, p.155).

É importante que fique claro neste trabalho, que absolutamente não pretendemos retirar a importância que os programas de transferência de renda representam na vida de tantos beneficiários pelo país, sendo, aliás, a garantia de alimentação de milhares de famílias ainda que de forma insuficiente²¹. Entretanto, entendemos que é importante nos questionarmos sobre a ínfima quantia destinada à execução dos diversos serviços socioassistenciais oferecidos nos CRAS e CREAS pelo Brasil, em desequilíbrio com as prioridades equivocadas dos sucessivos governos. Tendo em vista que os programas de nível básico visam a prevenção de situações de vulnerabilidade socioeconômica, podemos observar as intencionalidades de um governo que

²¹“Ainda que à primeira vista tais programas pareçam bastante imediatistas, a transferência monetária direta representa, para famílias sem nenhuma renda ou com renda insuficiente, condições progressivas para a superação da pobreza e de sua reprodução. Mas, para isso, torna-se necessário afirmar os programas de transferência de renda como política pública capaz de fortalecer os direitos sociais, ampliar a cidadania e caminhar na superação das marcas meritocráticas, residuais e paternalistas do sistema de proteção social brasileiro. Agrega-se aqui a necessidade de aumentar o repasse de recursos financeiros, humanos, materiais e institucionais para o desenvolvimento satisfatório dos programas, além de associá-los a outras políticas estruturantes, como saúde, educação e trabalho.” Para ver a resenha de Valter Martins sobre o livro “A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda (SILVA; YAZBEK; DI GIOVANNI, 2004)” consultar: Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 115-122 jan./jun. 2007.

não prioriza a ação preventiva, utilizando-se de programas paliativos em situações já postas de pobreza e extrema pobreza, se vale de medidas eternizadoras de uma grave e histórica forma de dependência social.

Além disso, em divulgações recentes o governo Michel Temer prevê cortes de despesa abusivos, incidindo sobre a política de Assistência Social. O CNAS emitiu uma nota²² de repúdio alertando que os recursos são essenciais para materialização do SUAS, afetando milhares de famílias brasileiras e trabalhadores da referida política. A respeito da aprovação da Proposta Orçamentária para o ano de 2018, o CNAS declara que “O Ministério do Planejamento, revelando descaso com toda a população Brasileira, apresentou ao Legislativo a Proposta Orçamentária em questão com um corte das despesas dos serviços, programas, projetos das Assistência Social” (CNAS, 2017). Outrossim, chama a atenção sobre os rebatimentos relativos a redução, que irão afetar concretamente a execução da política de Assistência, desta forma o CNAS atenta que

São mais de 3 bilhões²³ retirados dos Serviços que atendem diretamente a população. Cabe evidenciar o impacto da ausência desses recursos para sociedade brasileira, nos serviços de acolhimento ofertados nos municípios brasileiros que deixarão de receber recursos em equipamentos estatais e da sociedade civil, para oferta de abrigos cerca de 30 mil crianças e adolescentes, 36 mil idosos, 20 mil adultos e famílias que se encontram em situação de rua ou desabrigo por abandono (CNAS, 20 de set. de 2017).

Com o exposto até então, tendo em vista os eventos recentes de desmonte das políticas sociais exacerbado, percebemos como o Estado cumpre um papel servil aos interesses das classes dominantes. Seja por meio do discurso de desresponsabilização de suas funções de proteção a classe trabalhadora, seja por estratégias via mudanças orçamentárias. De toda forma atingem a materialização dos direitos constitucionais conquistados há quase 30 anos. Baseado em sua pesquisa sobre a constituição do orçamento da Seguridade Social brasileira, Salvador alerta em suas considerações finais que:

Diante do desmonte do financiamento da seguridade social, não há sustentação econômica para realização de uma nova “reforma” da previdência social sem a devida devolução dos recursos que são desviados anualmente do OSS para o pagamento de juros da dívida pública e para o socorro ao capital (SALVADOR, 2017, p. 443).

Posto isso, temos elementos concretos para afirmar que o propagado discurso de déficit do Estado e crise fiscal, não resulta do orçamento da seguridade social. Tem origem, principal-

²² Anexo 11, p. 54.

²³ Valor total do corte de recursos para a Assistência Social brasileira em 2018: R\$ 3.109.445.448,00. Fonte: <https://blogcnas.org/2017/09/21/nota-de-repudio-do-conselho-nacional-de-assistencia-social-cnas-relativa-aos-cortes-da-proposta-orcamentaria-da-assistencia-social-2018/>, acesso 30/10/17.

mente, do pagamento da dívida pública e escolhas orçamentárias que favorecem as classes dominantes e aprofundam as desigualdades sociais no país. Considerando os fatores apresentados até então, iremos abordar na próxima sessão o serviço de alta complexidade oferecido pela Casa de Acolhimento Semente Viva e os rebatimentos da política neoliberal adotada pelo Estado brasileiro na atualidade.

2 CENTRALIDADE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM OLHAR SOBRE A CASA DE ACOLHIMENTO SEMENTE VIVA

Buscar relacionar as contribuições trazidas na sessão anterior pelos renomados autores com a nossa experiência de estágio, exige que façamos breve descrição da história, da natureza jurídica, dos recursos humanos e financeiros, bem como sobre o papel do Serviço Social nesta instituição. As informações foram obtidas durante o período de estágio na Casa de Acolhimento Semente Viva entre agosto de 2016 e julho de 2017.

Para caracterizar a instituição inicialmente foi realizada consulta aos marcos teóricos e legais que compõem a doutrina de proteção integral às crianças e adolescentes. A pesquisa também utilizou documentos internos dos arquivos da instituição, documentos que tratam sobre acolhimento institucional, além do mais, utilizou também informações de conversas informais com os funcionários e voluntários da instituição. Por fim, resultando um novo olhar a partir da bibliografia utilizada para este trabalho de conclusão de curso.

Buscamos, contudo, analisar algumas das tendências neoliberais na atuação do Estado e conseqüentemente no mercado e sociedade, atingindo os serviços de acolhimento, com o intuito de problematizar as denominadas parcerias público-privadas. Tendo em vista a característica privada da instituição, buscamos relacionar aos dados da pesquisa feita pelo MDS em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, intitulada *Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento no Brasil*. Apesar de ter sido iniciado em 2009 “o Levantamento foi concluído em 2011 após visitas dos pesquisadores a 2.624 serviços de acolhimento localizados em todo o país” (ASSIS, FARIAS, 2013a, p. 19).

Visando a identificação e caracterização da rede de serviços, o levantamento demonstrou um percentual significativo de instituições privadas que prestam o serviço de acolhimento. De acordo com a pesquisa foi identificado que “41,9% dos SAI são governamentais e 58,1% são não governamentais. Dentre os governamentais, 9% são estaduais e 90,1% são municipais ou do Distrito Federal” (ASSIS; FARIAS, 2013a, p. 90). Característica similar aos serviços de

acolhimento disponíveis em Florianópolis, em que a grande maioria é composta por organizações não governamentais. Os autores seguem explicando que:

O elevado número de entidades não governamentais, como se pôde discutir no Capítulo 1, é reflexo do histórico brasileiro de institucionalização da infância, em que o acolhimento de crianças e adolescentes era feito por entidades filantrópicas e religiosas, mantendo-se ainda hoje o ideário caritativo e assistencialista. Só mais tarde o Estado interviu nesta problemática, legislando sobre a questão e regulando seu funcionamento (ASSIS; FARIAS, 2013a, p. 91).

Para compreender o trabalho do assistente social nas organizações privadas sem fins lucrativos consultamos ainda o trabalho de Mônica Alencar (2009), em que se discute a predominância do neoliberalismo e seus rebatimentos no espaço sócio-ocupacional do assistente social a partir da década de 1990. Concomitante e relacionado a este processo, bem como às conquistas da categoria profissional, ocorre a abertura de “novos contornos para o mercado de trabalho do assistente social, com novas atribuições, funções, bem como requisitos e habilidades, sob novas condições e relações de trabalho com incidências sobre a autonomia profissional” (ALENCAR, 2009, p. 1). Estas novas demandas estão relacionadas, dentre outras, às funções de gestão e planejamento de políticas sociais, e vão sendo enfrentadas e assumidas pela profissão em muitos espaços, permitindo à/ao assistente social um olhar mais amplo sobre a conformação e papel das políticas públicas.

Nesta seara, a autora também problematiza em que base é construída a inserção das organizações privadas na execução de políticas sociais, segundo ela

a transferência dos serviços sociais para a sociedade civil, sob o discurso ideológico da “autonomia”, “solidariedade”, “parceria” e “democracia”, enquanto elementos que aglutinam sujeitos diferenciados. No entanto, vem se operando a despolitização das demandas sociais, ao mesmo tempo em que desresponsabiliza o Estado e responsabiliza os sujeitos sociais pelas respostas às suas necessidades sociais (ALENCAR, 2009, p. 7).

É a partir desta compreensão de um olhar um pouco mais amplo e distanciado sobre as políticas sociais, bem como sobre as razões econômico-políticas que contribuem para a prestação de serviços públicos por instituições privadas no Brasil, que pretendemos buscar relacionar com o nosso campo de estágio.

A Casa de Acolhimento Semente Viva, está localizada no bairro Ingleses do Rio Vermelho, na região norte de Florianópolis, estado de Santa Catarina. A instituição presta serviço de acolhimento institucional²⁴ para crianças e adolescentes em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, provenientes de situações diversas de violação de direitos, afastadas do convívio familiar para sua proteção, encaminhadas pelo Poder Judiciário ou pelos Conselhos Tutelares.

²⁴ Medida protetiva de abrigo, ECA art. 101.

A Casa é um projeto oriundo da Associação Comunitária Amigos de Jesus – ACAJE, identificada como instituição civil de direito privado, beneficente filantrópica, caritativa e de Assistência Social sem fins lucrativos. A instituição foi fundada em maio de 2011, por iniciativa desta mesma Associação Comunitária, a qual, por sua vez, existe desde 2007.

Em 2011 foi considerada Utilidade Pública Municipal e em 2013 Utilidade Pública Estadual. Este reconhecimento²⁵ serve para garantir além do repasse de recursos públicos para a manutenção dos serviços prestados, a sua significância e referência como serviço de acolhimento em Florianópolis. Neste cenário, precisamos novamente nos remeter aos anos 1990 para compreender como foi construída esta relevância. Data do governo FHC o anseio em regulamentar as ações da sociedade civil, por meio da legislação nº 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre o reconhecimento e regulamentação das OSCIP, através desta lei é oficializada a parceria entre Estado e entidades sem fins lucrativos para execução direta das políticas sociais.

A ACAJE está vinculada a Igreja Batista Palavra Viva, da qual recebe apoio financeiro e cede espaço para a realização do bazar beneficente²⁶ em prol da Casa de Acolhimento Semente Viva, entre outras atividades para arrecadação de fundos. Recebe inclusive doações de materiais, de serviços e em depósitos bancários para a instituição ACAJE, que redistribui o valor arrecadado entre seus projetos. Cabe salientar que a associação mantém dois projetos sociais, contudo, a Casa de Acolhimento Semente Viva demanda mais recursos financeiros e humanos devido seu regime ininterrupto de atendimento.

A instituição também é mantida por convênio com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, que repassa mensalmente uma verba para complementar o custeio com os gastos oriundos dos serviços prestados, de acordo com a coordenadora este valor seria equivalente a menos de R\$ 900,00 por criança atendida, revelando-se insuficiente²⁷ para o custo total do serviço. Inclusive durante o período de estágio a instituição firmou convênio com outra Prefeitura, do município de Paulo Lopes em que a verba destinada a manutenção de cada criança é de quase R\$ 3.000,00. Existe a problemática de que não existe um valor fixo de repasse às instituições que prestam acolhimento institucional, variando até mesmo de instituição para instituição, ainda que realizem o mesmo serviço.

De acordo com Sitcovsky (2010) a posição recentemente adotada pelo Estado no financiamento das políticas sociais visa o controle do que são considerados “gastos”, em oposição

²⁵ Figura 6, em anexo.

²⁶ Figura 2, em anexo.

²⁷ Figura 1, em anexo.

ao cumprimento do seu papel na proteção social a classe trabalhadora. Sendo os serviços socioassistenciais oferecidos pelo município um dos pontos que sofre maior rebatimento, não é por acaso, portanto, perceber estas tendências na Casa de Acolhimento Semente Viva.

O autor segue corroborando que “a política econômica em curso vitimou diretamente os setores mais empobrecidos da sociedade que dependem diariamente dos serviços públicos, sobretudo, aqueles prestados pelos estados e municípios” (SITCOVSKY, 2010, p. 149). A terceirização dos serviços que deveriam ser prestados pelo município resulta no “barateamento” e perda de qualidade dos serviços, tendo em vista a instabilidade financeira e dependência de doações e voluntários.

A Casa de Acolhimento Semente Viva atua na área da Proteção Social Especial - Alta complexidade da política de Assistência Social, no âmbito do SUAS. O serviço tem como objetivo principal garantir a proteção integral das crianças e adolescentes em acolhimento no que se refere à moradia, alimentação, educação, saúde, lazer e inclusão social. Esta instituição busca seguir as orientações de promoção, proteção e defesa do direito à convivência familiar e comunitária, e visa promover o desenvolvimento pleno dos acolhidos, por meio de acompanhamento com a equipe técnica e atividades junto à comunidade. Desta forma, a criança fica acolhida na Casa e à disposição da Justiça, podendo retornar para a família de origem ou ser encaminhada a família substituta para adoção.

A capacidade de atendimento é de até dez crianças, com idade de 2 a 12 anos, de ambos os sexos. No mesmo endereço – numa casa à parte - está situado o escritório que a equipe técnica utiliza, para funções administrativas (contabilidade, recursos humanos, supervisão e coordenação), do serviço social e atendimento terapêutico com psicóloga voluntária. O serviço articula-se com a política de saúde (SUS) e de educação, conforme as demandas²⁸ advindas das crianças em acolhimento ou de suas famílias.

A equipe técnica e profissional da instituição é composta por coordenadora (voluntária 30h/semanais), supervisora (CLT 40/semanais), assistente social (CLT 30h/semanais), psicóloga terapêutica (voluntária), cozinheira (CLT), educadores/cuidadores (CLT, com jornada

²⁸ A figura 8, em anexo, exemplifica a precarização que a saúde pública vive atualmente. Este processo faz parte de uma tendência nacional na tentativa de destruir o SUS, mercantilizando o acesso à saúde na medida em que muitas pessoas não podem esperar todo este tempo para seus exames e tratamentos. A respeito do desmonte do SUS é válida a leitura do artigo *A mercantilização da saúde e a política de saúde brasileira: a funcionalidade da saúde suplementar*, apresentado na VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo3_estadolutassociaisepolicaspublicas/pdf/amerchantilizaodasaudeepolicadesaudebrasileira.pdf, acesso em 07/11/17.

12/36h), professores (voluntários), psicopedagogos (voluntários), além de voluntários de diversas áreas e que realizam outras funções (bazar beneficente, jardinagem, passeios, festa de aniversário para as crianças acolhidas, dentre outras).

A existência de voluntários, conforme figuras em anexo²⁹, prestando serviços à instituição, além da própria Coordenadora e da psicóloga também serem voluntárias, nos remete ao que a autora Mônica Alencar (2009) fala sobre o papel econômico e político do voluntariado, a partir de uma noção de solidariedade substitutiva de direitos – do prestador do serviço, da instituição e dos usuários -, sobre retirar a compreensão política daquela demanda e ao mesmo tempo baratear os custos do Estado e do privado.

Conforme capítulo II do Estatuto da Criança e do Adolescente, em seus artigos 90 e 91, o qual dispõe sobre as obrigações das entidades de atendimento, sendo uma delas a obrigatoriedade de inscrição de seus programas no CMDCA, a Casa tem inscrição e representação neste importante Conselho. Somente após o registro e aprovação do CMDCA, a instituição foi regularizada para prestar serviço de acolhimento institucional, por no máximo quatro anos, sendo necessária outra avaliação para renovação. A instituição é representada pela coordenadora voluntária da instituição neste espaço de controle social, assim como no CMAS.

O projeto no contra turno escolar, oferecido pela ACAJE, chamado Impacto Vivo – Projeto Inverso³⁰, atende crianças e adolescentes da região norte, no bairro do Rio Vermelho, também no município de Florianópolis. O espaço utilizado para as atividades é cedido pela Igreja Batista Palavra Viva do Rio Vermelho. Neste projeto são oferecidas diversas oficinas, entre elas: dança, vivência musical, educação ambiental e reciclagem, artes marciais, artesanato, informática, apoio pedagógico, artes plásticas, inglês e espanhol. A equipe é composta por profissionais voluntários e contratados (CLT). Sendo que, as crianças que estão em acolhimento na Semente Viva frequentam este projeto duas vezes por semana.

Assim, sempre nos perguntamos qual a garantia de que as questões pedagógicas que baseiam a construção de uma sociedade radicalmente democrata, no sentido de fomentar enquanto direito e dever que se respeite e internalize as questões de raça, etnia, gênero, por exemplo, e não somente como o amor ao próximo, estariam mesmo sendo trabalhadas numa atividade com tamanha frequência. A concepção de rede de serviços e de políticas públicas vai

²⁹ Figuras 3, 4 e 5, em anexo.

³⁰ Figura 7, em anexo.

sendo minada pela constante desresponsabilização estatal e privatizada dos direitos sociais propriamente ditos e pelo tolhimento da propagação do seu real significado, construído sociohistoricamente e com base em muitas lutas da classe trabalhadora.

Para que a cultura do voluntariado seja legitimada, existe um forte apelo ideológico por parte das classes dominantes para que haja consenso, buscando cruelmente na nossa essência de humanidade parte do financiamento público. Mota (2010) considera que as classes dominantes conseguem hipotecar “à sociedade e às políticas de combate à pobreza a solução para o enfrentamento do pauperismo” (MOTA, 2010, p. 143). Para a autora esta dinâmica serve como forma de mistificar o processo de acumulação de riqueza, desvinculando as expressões da questão social, dentre elas a pobreza, como resultado do processo capitalista. Sustenta ainda que

Ocorre um verdadeiro transformismo nos conteúdos que informam a questão social, passando a mesma a adquirir novos significados, tais como: questão social como exclusão; questão social como objeto da política social; questão social como ausência de cidadania e direitos sociais; questão social como desemprego. Essas tendências estão subjacentes às respostas presentes no conjunto dos programas e iniciativas vigentes no atual perfil da seguridade social (MOTA, 2010, p. 143).

O exercício profissional do Serviço Social neste contexto institucional permite perceber que a atuação do assistente social é fundamental para este serviço de acolhimento, em consonância com a legislação vigente. A NOB – RH SUAS (2006) indica que a equipe de atendimento psicossocial deve ser composta obrigatoriamente por 1 assistente social para cada 20 usuários atendidos, em no máximo duas unidades de atendimento. Além disso a equipe técnica deve ser composta por outro profissional de nível superior, preferencialmente psicólogo. Até o fim do período de estágio obrigatório a Casa operava com psicóloga voluntária que realizava o atendimento clínico uma vez por semana na própria instituição. Porém, a indicação é que “a equipe de referência dos serviços de acolhimento deve ser formada por psicólogo e assistente social” (BRASIL, 2009, p. 65).

Porém, ainda assim, a equipe de referência completa não é suficiente para garantir a qualidade dos serviços porque além dela ter dificuldades em dar conta satisfatoriamente do que está estabelecido normativamente, seria necessário um esforço na direção do eixo político-organizativo em torno das demandas. É recorrente a alta demanda ao assistente social da instituição, visto que este é requisitado muitas vezes para funções que não competem ao Serviço Social. Além disso, o profissional não tem espaço nem incentivo para formação continuada devido a sobrecarga de trabalho.

Paiva (2014) aponta que é necessária uma fundamentação teórica que permita a leitura crítica da realidade. A autora indica que a “psicologização dos problemas sociais, decifrando-a como um dos componentes no processo de legitimação da ordem capitalista monopólica, por

meio da construção do ethos individualista” (PAIVA, 2014, p. 40). A individualização dos problemas sociais não atinge a causa principal das situações de pobreza vividas pelas famílias, apenas conserva a ordem vigente sem de fato realizar mudanças. Complementa ainda que:

Esse desafio requer nova, ampla e profunda incorporação dos fundamentos teórico-críticos das políticas sociais, em articulação com o SUAS, visando plena efetivação do direito socioassistencial e, assim, superando definitivamente o senso comum, o voluntarismo e as práticas subalternizadoras, improvisadas e esvaziadas de conteúdo crítico transformador (PAIVA, 2014, p. 46).

O atendimento direto necessita um coordenador (nível superior) para cada 20 usuários, um cuidador (nível médio e qualificação específica) para 10 usuários e um auxiliar cuidador (nível fundamental e qualificação específica). Entretanto a casa de acolhimento semente viva não dispõe de psicólogo na equipe técnica e trabalha somente com um cuidador por turno. A dificuldade em obter recursos está como principal justificativa. Esta característica demonstra a precarização das relações trabalhistas problematizada por Mota (2010) na medida em que “robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social (MOTA, 2010, p. 141).

O assistente social desenvolve o trabalho de acompanhamento da criança, da família de origem para fortalecimento de vínculos com vistas à reintegração familiar ou a adaptação à família substituta, nos casos de destituição do poder familiar. O trabalho do Serviço Social visa potencializar a rede socioassistencial e o Sistema de Garantia de Direitos. O serviço de acolhimento está inserido no SUAS, que considera a família foco central de atenção, além da articulação com o SUS e Sistema Educacional.

A ação profissional exige que o assistente social faça a análise crítica da realidade, que tenha fundamentação teórico-metodológica, que compreenda as singularidades, particularidades e as contradições postas no cotidiano, bem como a percepção da totalidade. Conjuntamente e como função pedagógica, deve reconhecer as demandas dos usuários e realizar os devidos encaminhamentos para a rede socioassistencial, visando a emancipação e autonomia como sujeito de direitos, ademais seu protagonismo. A participação da população usuária está presente no Código de Ética do Assistente Social, no Título III, Capítulo I, sendo dever do profissional contribuir para a efetiva participação e garantir acesso à informação e discussão da situação apresentada, auxiliando desta forma no processo reflexivo.

Dentre as atribuições e requisições no âmbito do Serviço Social na instituição de acolhimento destacam-se: acolhimento criança/família, visita domiciliar, agendamento de consulta médica/odontológica, matrícula escolar, acompanhamento escolar, atendimento individual com

as crianças acolhidas, relatório situacional, organização/elaboração/atualização de prontuário social e médico individual, comparecer às audiências solicitadas pela Justiça.

Nas visitas às famílias das crianças acolhidas, busca-se conhecer a dinâmica e arranjos familiares, para então identificar as suas demandas, articulando-se com a política de Assistência Social, a qual, conforme a CF/88 em seu artigo 203, deve garantir: “I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – O amparo às crianças e adolescentes carentes.” Para promover a reinserção da criança é necessário um ambiente acolhedor, seguro e livre de qualquer forma de violência.

Não podemos deixar de pontuar que, neste amplo e denso cenário onde o Serviço Social atua na instituição, estão presentes condições de trabalho precárias como conformação do universo da relação profissional com o mercado de trabalho capitalista, desde suas origens, agudizadas pela ofensiva neoliberal. Entre os exemplos percebidos durante o estágio na instituição, foi possível identificar que não existe espaço que garanta o sigilo ao profissional assistente social, bem como os documentos e prontuários dos usuários não estão devidamente protegidos. Em diversas situações seria necessário a interlocução com a psicologia, porém como não há profissional na equipe técnica contratada para esta função. O trabalho interdisciplinar fica desta forma defasado, visto que o serviço social não tem condições de responder à questões de ordem psicológicas que as crianças demandam, tendo em vista o momento de afastamento familiar e superação de situações de violência.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 19, parágrafo 4º, inciso 3, apresenta que “a manutenção ou reintegração da criança e adolescente à sua família de origem terá preferência, sendo que a família deverá ser incluída em programas de orientação e auxílio”. A operacionalização desta medida é articulada com o PAIF³¹/PAEFI que deve acompanhar em caráter interdisciplinar às famílias que estão em processo de destituição do poder familiar. Entretanto percebemos a alta demanda deste serviço, por esta razão o acompanhamento por vezes ocorreu de forma tardia ou não conseguiu alcançar seus objetivos, sendo necessário a ampliação e qualificação permanente das equipes de atendimento.

³¹ A execução do PAIF é concomitante à lógica do SUAS de matricialidade sociofamiliar, desta forma “reconhecendo a família como espaço privilegiado de proteção e desenvolvimento das pessoas, tem por objetivo o fortalecimento da convivência familiar e comunitária – uma das garantias afiançadas pela PNAS (2004) e somente pode ser ofertado pelo poder público, por meio da equipe de referência do CRAS” (BRASIL, 2013, p. 32). Para ver mais: disponível em < http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf> , acesso em 12/11/17.

O serviço de acolhimento articula-se com o serviço de fortalecimento de vínculos, sendo este a articulação da família e o serviço prestado pela instituição. É necessário que o profissional utilize da sua capacidade investigativa e despojado de julgamentos morais, para compreender a dinâmica social da família assistida. Deste modo poderá fundamentar informações encaminhadas por meio de relatórios para a justiça e então planejar, em conjunto com os órgãos de acompanhamento das famílias, ações que possam potencializar esta família para o provável retorno da criança. Estas ações são sistematizadas pelo Plano Individual de Atendimento – PIA, obrigatório para todas as crianças em medida protetiva de acolhimento.

O trabalho de acolhimento institucional começa quando a casa é acionada pelos órgãos responsáveis, Conselho Tutelar ou Justiça da Infância e Juventude, para atender a demanda. O primeiro contato com a criança é no acolhimento, essencial para que a esta sinta que, mesmo em um local estranho, estará segura e bem cuidada neste período que deve ser transitório em sua vida. Por esta razão os profissionais devem manter uma postura respeitosa e afetuosa, proporcionando um vínculo de confiança para melhor atender a criança.

Na instituição, quem realiza a acolhida inicial é a assistente social, que recebe a/as crianças, apresenta os demais (crianças que já estavam em acolhimento e equipe profissional), mostra o espaço físico e conversa com a criança falando sobre a provisoriedade desta medida (afastamento do convívio familiar) e dos encaminhamentos seguintes (de acordo com a capacidade de compreensão de cada idade).

As primeiras providências tomadas em relação a criança são no sentido de garantir condições básicas de vida, agendado consultas médicas e odontológicas, matrícula em unidade de educação de acordo com a idade e ano escolar, inserção em atividades extracurriculares do interesse da criança, como escolinha de futebol, aula de música, artesanato. Sendo que estas atividades no âmbito da comunidade estão previstas nos documentos e legislações que pautam o direito à convivência familiar e comunitária, o fortalecimento das interações entre comunidade e crianças em acolhimento contribui para o desenvolvimento das mesmas além de minimizar os reflexos do afastamento familiar. Por esta razão é recomendado que a casa de acolhimento esteja em área residencial, com padrões próximos a realidade das crianças, e que não esteja identificada com placas, evitando assim o preconceito e revitimização da mesma.

Todo o trabalho feito pelo Serviço Social nos serviços de acolhimento institucional são na perspectiva de garantir direitos e proteção aos acolhidos. A inserção do profissional nestes serviços pode ser realizada na perspectiva de mudança, propondo melhorias e articulações para construção de uma política integrada para atender as famílias usuárias ou ser feito apenas via

requisições formais sem ações que, direta ou indiretamente, questionem ou confrontem os desdobramentos da política de assistência social no atual contexto neoliberal.

O espaço é permeado por condições de proteção e de desproteção social ao mesmo tempo, evidenciando um lócus contraditório e por vezes caótico que dificultam que mudanças mais radicais sejam feitas, inclusive por resistências burocráticas da própria lógica do sistema, devido à subordinação às doações que viabilizam a execução do serviço, e a despolitização advinda da maneira como este financiamento é composto.

O trabalho social com famílias não é tarefa fácil e exige aporte teórico e engajamento por parte do profissional, todavia a partir de processos político-organizativos de busca de identificação e consciência de classe social com a classe trabalhadora, além das necessárias ações socioassistenciais, é possível caminharmos para afirmação de seus direitos como estratégia na trilha do aprofundamento da democracia.

Por fim, na próxima sessão iremos buscar brevemente a síntese das reflexões possíveis neste trabalho e sugerir prováveis caminhos ao Serviço Social para o enfrentamento da ofensiva neoliberal dentro dos serviços socioassistenciais.

Considerações finais

Discutir a Assistência Social brasileira em tempos de apagamento da condição mínima aos direitos sociais se faz um grande desafio. Seja por esta política estar em constante mudança, por vezes avançando na oferta e afirmação dos direitos, por ora sofrendo ataques massivos na forma de corte de gastos, precarização das relações de trabalho – incluo aqui os assistentes sociais, que atendem a classe trabalhadora mas também dela fazem parte – seja por toda uma lógica privatista e de mistificar o Estado como ineficiente e moroso.

Ademais, tentamos clarificar alguns pontos que instigaram no período de estágio mas que não respondiam simplesmente olhando o panorama local, por esta razão recorreremos aos trabalhos de Mota (2010) e Paiva (2014), por perceber que as autoras trazem a discussão para nível mais amplo analisando a política de Assistência Social.

Compreender a questão da centralidade da Assistência Social se faz necessário principalmente para aprimoramento do trabalho nos espaços de atuação, e mais lucidez na luta, de forma que não se tornem reprodutores das violências do Estado e mercado capitalista. É espantoso os níveis de desigualdade que estamos presenciando nos dias atuais, a crescente desresponsabilização do Estado e do mercado no enfrentamento das expressões da questão social,

situações de vulnerabilidade e pobreza, cuja produção decorre justamente por estes entes que controlam fortemente os modos de reprodução social.

Acredito que nesta monografia não foi possível tratar profundamente das questões que perpassam a lógica da centralidade da Assistência, justamente por sua complexidade e densidade. Por esta razão, buscamos explicar à luz da literatura teórico-crítica alguns dos fenômenos percebidos no âmbito do estágio, vivenciado em uma instituição que realiza um serviço de alta complexidade para um segmento que, teoricamente, deveria ser prioridade, e ademais incide no meio privado e das relações familiares, espaços extremamente delicados com o quais trabalhamos.

Precisamos também atentar que o Serviço Social não está isolado, muito pelo contrário, convive diariamente com o discurso neoliberal propagado pelos vários estratos da classe dominante. Por estas e outras razões é tão necessário estar em constante diálogo com a teoria crítica, para clarificar as estratégias de dominação do capital e podermos ser pontos de resistência. A logicidade de individualização das relações sociais, acaba por ter rebatimentos no Serviço Social, seja utilizando o conceito-chave, problematizado por Paiva (2014), da matricialidade sociofamiliar, ou nas tendências das políticas sociais apontadas por Mota (2010) que sugerem focalização, atendimento pontual ao indivíduo/família dito desajustado, ausência de consciência de classe e por vezes dos seus próprios interesses.

O discurso de que a sociedade civil seria homogênea, sem interesses de classe, benevolente, e que busca o desenvolvimento humano, fazem parte de um projeto de sociedade de livre mercado pregado pelo neoliberalismo. Desta forma o Estado burocratizado e ineficiente deve reduzir seu papel de atuação no enfrentamento das questões sociais e consentir que a sociedade civil seja responsável pelo social. Entretanto, autores como Sitcovsky (2010) e Salvador (2017) nos trazem aspectos orçamentários que dizem respeito aos interesses do grande capital privado, das quais são exemplo os próprios representantes do congresso e senado do país, por conseguinte, trabalha para o interesse de poucos.

Estas constatações são nitidamente expressas quando compreendemos o processo de endividamento do país e o eterno pagamento desta dívida pública que devido aos trâmites financeiros convenientes não para de crescer. Esta forma eternizadora de dependência do país, ainda utiliza do discurso que somos um país em desenvolvimento, como se nas condições atuais que nos encontramos pudessemos chegar ao patamar tão almejado dos chamados desenvolvidos. Um país em que a educação, saúde e o trabalho não tem espaço privilegiado como proteção e emancipação de seus cidadãos, ao contrário, marcado por profundas contrarreformas, acaba por revelar suas reais intenções com a classe trabalhadora.

A execução de serviços socioassistenciais por organizações empresariais, filantrópicas e não governamentais se torna uma forma paliativa e incipiente de atenção aos direitos fundamentais dos brasileiros. A articulação de políticas públicas da Seguridade Social e demais políticas sociais deveria servir não apenas para reprodução das necessidades básicas, o que é fundamental, mas também afimar os compromissos feitos em nossa CF/88. Ações privadas acabam sendo mais fragmentadas e focalizadas, resultando em mera manutenção de situações de pobreza decorrentes das expressões da questão social. Desta forma não visa a universalização dos direitos, pelo contrário, atende pela lógica dos “mais necessitados”, ancorados pelo discurso de poucos recursos por se tratarem de entidades sem fins lucrativos. Não que o público não reproduza esta lógica, mas entendemos que a primazia da oferta dos direitos sociais pelo Estado, sendo ele promotor de proteção social, permitiria mais entrelaçamento, monitoramento e clareza da concepção de direito dos cidadãos.

A respeito do financiamento destas organizações, não recebem apenas recursos do Estado, mas hoje em dia com as novas tecnologias e o discurso de crise aumentam sua capacidade de captação de recursos. A título de exemplo temos o telemarketing (LBV), cupom campeão (Instituto Guga Kuerten), troco solidário (Angeloni, Giassi, Fort Atacadista, etc), doação via conta de luz Celesc³² (SERTE, Casa de Acolhimento Semente Viva, APAE), campanhas e eventos na mídia (teletom, criança esperança) onde se materializam via sujeitos individuais que creem estar cumprindo seu papel de cidadania e solidariedade, como financiadores, dentre outras formas.

O Estado nos cobra impostos, principalmente via produtos de consumo, justamente para financiar ações da Seguridade Social, portanto estaríamos pagando a conta duas vezes ou mais, o que significa que não podemos defender o financiamento de instituições privadas como mera ação de bondade. Contudo, é tão importante para o mercado hipotecar estas ações ilusórias para a sociedade porque cristaliza com isso sua desresponsabilização. Assim, as instituições sem fins lucrativos são fruto da terceirização das ações de responsabilidade do Estado. Em âmbito municipal, por exemplo, temos a transferência da medida protetiva de abrigo majoritariamente sendo ofertada por estas instituições, como é o caso do nosso objeto de estudo: a Casa de Acolhimento Semente Viva.

A falta de oferta pública dos serviços é intencional, visto que o modelo tido por ideal é de um Estado gerencial que apenas envia recursos para execução de suas funções. Entretanto sabemos que isto não se dá de maneira simples, considerando a dependência e necessidade de

³² Figura 9, em anexo.

voluntários e doações para as instituições não governamentais. Por vezes esta falta de recursos resulta inevitavelmente em sucateamento e baixa qualidade dos serviços, não atendendo a todos os requisitos essenciais na execução de serviços socioassistenciais.

Tendo em vista as discussões e pesquisas dos autores abordados, vemos que o Estado cumpre seu encargo como aparelho de manutenção do sistema capitalista, já que não tem pretensões em romper com esta lógica e utiliza de artifícios para mera reprodução da classe trabalhadora como lhe for útil. O processo de negação aos direitos duramente conquistados, atinge mais cruelmente àquelas famílias dos segmentos pauperizados, em que não é possível acessar direitos pela via do mercado. Acabam, portanto, por vivenciar um ciclo desumano de violência: o Estado negligencia a população, as famílias, por conseguinte, não dão conta de ocupar funções do Estado, e por vezes, negligenciam seus membros, e estes membros sem proteção, são muitas vezes institucionalizados pelo Estado.

O Serviço Social nos permite pensar um outro projeto societário, mesmo que o pensamento conservador novamente em expansão procure propagar a ideia de que não existe alternativa ao capitalismo e que as formas históricas de luta e suas vanguardas não são dotadas de credibilidade. Considero muita ingenuidade acreditar que podemos construir uma sociedade capitalista “mais justa”. Penso que, ou existe justiça juntamente com igualdade, ou não existe; não há meio termo e por isso não podemos ficar “em cima do muro”. É preciso lutar por justiça e equidade, principalmente no que diz respeito ao acesso e distribuição da riqueza socialmente produzida, cuja negação ocorre à custa das atrocidades que o capitalismo produz no processo privado de acumulação de riqueza.

Neste sentido, a politização das demandas, inserindo-as como pautas coletivas que elas são essencialmente em muitas das vezes, permitirá outro tom de acolhimento e encaminhamento individual e coletivo das questões cotidianas presentes da rotina institucional. Assim, pensamos que de forma propositiva e criativa o profissional pode ser instrumento de construção da identidade de classe, primeiramente a partir dele próprio, quando se reconhece como classe trabalhadora, ou identificado a ela, e claro, junto ao universo dos usuários e trabalhadores/as da instituição. Enfim, o grande desafio que se coloca é buscar esta nuance no exercício profissional na atualidade frente às atuais precárias condições de vida e trabalho, aprofundadas diariamente pela agenda neoliberal brasileira.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres. **O trabalho do Assistente Social nas organizações privadas não lucrativas**. CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/4UkPUxY8i39jY49rWvNM.pdf>. Acesso em 07 nov. 17.

ASSIS, Simone Gonçalves de; FARIAS, Luís Otávio Pires (Org.). **Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviço de Acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013a. 368 p. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO_Levantamento_Nacional_Final.pdf. Acesso em: 08 nov. 17.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 17 jul. 17.

_____. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. 2013b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/concepcao_fortalecimento_vinculos.pdf. Acesso em: 23 out. 17.

_____. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em 04 set. 17.

_____. **Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm. Acesso em: 19 out. 17.

_____. **Orientações técnicas Centro de Referência de Assistência Social**, 2009a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em 12 nov. 17.

_____. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**, 2009b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/cnas-e-conanda-orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento-para-criancas-e-adolescentes-1/?searchterm=acolhimento>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2017**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/clientes/portalsof/portalsof/orcamentos-anuais/orcamento-2017/ploa/ploa-2017-orcamento-cidadao>. Acesso em: 25 out. 17.

_____. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária**. Secretaria Especial de Direitos Humanos, Brasília/DF : Conanda, 2006.

_____. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 30 set. 17.

_____. **Resolução Nº 01, de 21 de fevereiro de 2013c**. Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2013/legislacao/resolucoes/arquivos-2013/cnas-2013-001-21-02-2013.pdf>. Acesso em: 19 out. 17.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma gerencial do Estado de 1995**. Lisboa, 2000. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/81RefGerenc1995-INA.pdf>>. Acesso em 5 set. 17.

CNAS. **Nota de repúdio do Conselho Nacional de Assistência Social relativa aos cortes da proposta orçamentária da Assistência Social 2018**. Disponível em: <<https://blogcnas.org/2017/09/21/nota-de-repudio-do-conselho-nacional-de-assistencia-social-cnas-relativa-aos-cortes-da-proposta-orcamentaria-da-assistencia-social-2018/>>. Acesso em 29 set. 17.

MOTA, Ana Elizabete. **A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000**. In: MOTA, A. E. (Org.). O mito da Assistência Social: Ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2010, p. 133-146.

PAIVA, Beatriz Augusto de; CARRARO, Dilceane; ROCHA, Mirella Farias. **Cartografia teórico-metodológica no estudo da proteção socioassistencial básica do SUAS**. In: PAIVA, B. A. (Org.). Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração. São Paulo: Veras Editora, 2014, p. 27-74.

SALVADOR, Evilasio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n. 130, p.426-446, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.117>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0426.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

SCHEINVAR, Estela. **A família como dispositivo de privatização do social**. In: Arquivos brasileiros de psicologia, v. 58, n. 1, 2006. Disponível em: <http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/10/18>. Acesso em 20 ago. 2017.

SITCOVSKY, Marcelo. **As particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil.**
In: MOTA, A. E. (Org.). *O mito da Assistência Social: Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade.* 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2010, p. 147-177.

ANEXOS



Figura 1 - Publicação em rede social na página oficial da instituição pedindo doações. Fonte: <https://www.facebook.com/CasaSementeViva/photos/a.1499789620267824.1073741830.1499228010323985/1997895647123883/?type=3&theater>.



Figura 2 – Publicação em rede social divulgação do bazar beneficente realizado em prol da Casa de Acolhimento Semente Viva. Fonte: <https://www.facebook.com/CasaSementeViva/photos/a.1499789620267824.1073741830.1499228010323985/1998376270409154/?type=3&theater>.



Figura 3 – Publicação em rede social voluntariado e doações de empresas. Fonte: <https://www.facebook.com/CasaSementeViva/posts/1994002754179839>.



Figura 4 – Publicação em rede social trabalho voluntário de funcionários de uma empresa telefônica na manutenção da Casa. Fonte: <https://www.facebook.com/CasaSementeViva/posts/1993201757593272>.



Figura 5 – Publicação em rede social dia dos voluntários da empresa telefônica. Fonte: <https://www.facebook.com/CasaSementeViva/posts/1992964284283686>.



Figura 6 – Publicação em rede social medalha Hebert de Souza concedida para a mantenedora da Casa de Acolhimento Semente Viva, ACAJE. Fonte: <https://www.facebook.com/CasaSementeViva/posts/1991726094407505>.



Figura 7 – Publicação em rede social projeto Impacto Vivo. Fonte: <https://www.facebook.com/CasaSementeViva/photos/a.1499789620267824.1073741830.1499228010323985/1990199724560142/?type=3&theater>

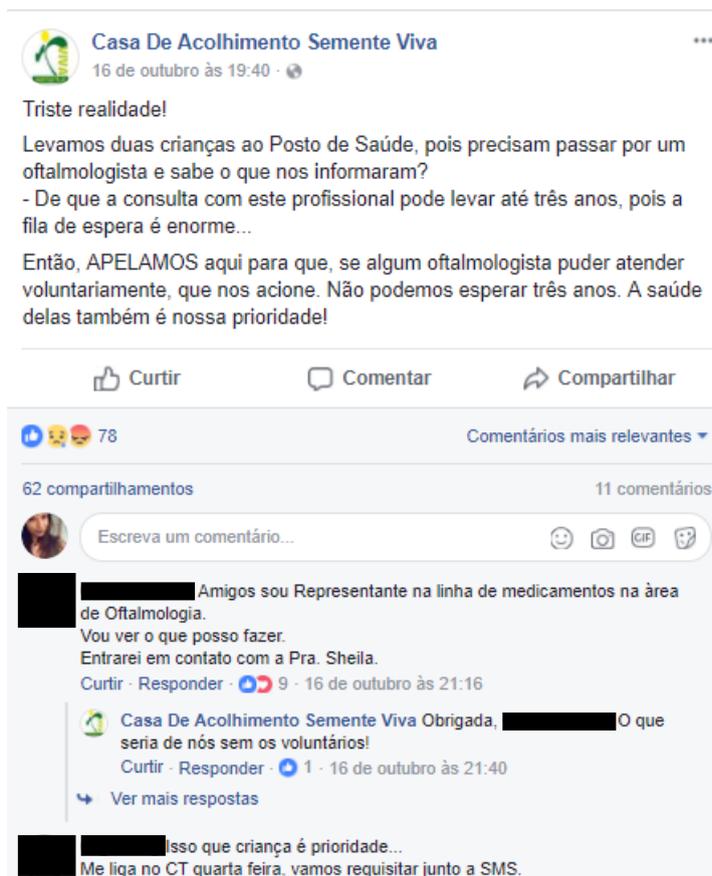


Figura 8 – Publicação em rede social serviços de saúde para as crianças em acolhimento. Fonte: <https://www.facebook.com/CasaSementeViva/posts/1988473088066139>

CASA DE ACOLHIMENTO SEMENTE VIVA
ACOLHENDO CRIANÇAS COM AMOR

ACENDA UMA LUZ DE ESPERANÇA AS CRIANÇAS.
DOE PARA A CASA DE ACOLHIMENTO SEMENTE VIVA ATRAVÉS DA SUA CONTA DE LUZ.
É RÁPIDO, FÁCIL E SEGURO! SOME A SUA ENERGIA COM A NOSSA!

DOAÇÕES: Banco do Brasil
Ag. 4611-6 C/C. 12-4
Filipinosópolis - SC - Brasil
casa.deacolhimentosemente.viva@gmail.com
17. 0913

A Casa de Acolhimento Semente Viva, que faz parte da ACAJE - Associação Comunitária Amigos de Jesus, abriga crianças de 2 a 12 anos, em situação de risco social, encaminhadas pela Justiça. Elas moram no local, frequentam a escola e tentam, com a nossa ajuda, ter uma vida mais digna.

É uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 2011, por isso depende de doações para manter suas portas abertas.

Firmamos um convênio com a CELESC, que possibilita qualquer pessoa ou empresa fazer sua doação através da conta de luz. Basta assinar a autorização e todo mês a doação será debitada automaticamente na sua conta de energia. Por outro lado, a CELESC repassará o valor à instituição, que prestará contas de todo recurso arrecadado.

Precisamos de você para manter esta luz acesa!

ACAJE

Figura 9 – Folheto de divulgação. Fonte: Casa de Acolhimento Semente Viva.

NOTA DE REPÚDIO DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS RELATIVA AOS CORTES DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 2018

O Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS manifesta sua indignação com o desrespeito à Política Nacional de Assistência Social, e ao previsto na Lei Orgânica de Assistência Social, a Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 - NOB SUAS 2012 e também desconsideração da Resolução CNAS nº12, de 19 de julho de 2017 que aprovou a Proposta Orçamentária para 2018.

O Ministério do Planejamento, revelando descaso com toda a população Brasileira, apresentou ao Legislativo a Proposta Orçamentária em questão com um corte das despesas dos serviços, programas, projetos das Assistência Social, no valor de R\$ 3.109.445.448,00, representando o percentual de corte de 98,05% e, das despesas dos benefícios destinados as pessoas idosas e com deficiência no valor de R\$ 3.851.527.531,00 com percentual de corte de 6,52%.

Para o CNAS, **todos os recursos da Assistência Social são obrigatórios**³³, exatamente porque são essenciais para materializar direitos sociais constitucionais. O tema é especialmente relevante neste ano conferencial: 99% dos municípios realizaram suas conferências municipais e deliberaram sobre a Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS.

A Assistência Social representa cerca de 13,9 milhões de famílias beneficiadas do Programa Bolsa Família, quase 14 mil entidades de Assistência Social no Brasil, 5.570 municípios que ofertam serviços diretamente e mais de 600 mil trabalhadores no Sistema Único de Assistência Social – SUAS e não podemos aceitar a escolha do Governo Federal que tem por opção a retirada de Direitos Sociais e que toda esta parcela da população Brasileira seja totalmente desconsiderada no panorama Nacional com as necessidades básicas avaliadas como descartáveis e que fiquem a mercê dos interesses econômicos de poucos.

Exigimos que nossos direitos sejam preservados, somos uma parcela significativa desta Sociedade. São mais de 3 bilhões retirados dos Serviços que atendem diretamente a população. Cabe evidenciar o impacto da ausência desses recursos para sociedade brasileira, nos serviços de acolhimento ofertados nos municípios brasileiros que deixarão de receber recursos em equipamentos estatais e da sociedade civil, para oferta de abrigos cerca de 30 mil crianças e adolescentes, 36 mil idosos, 20 mil adultos e famílias que se encontram em situação de rua ou desabrigo por abandono.

³³ Conforme parecer da Advocacia-Geral da União assinado pelo Advogado-geral da União.

O impacto na proteção básica da política de assistência social atingirá **2 milhões** pessoas na quase totalidade dos Municípios que deixarão de desenvolver a manutenção e fortalecimento de vínculos familiares, evitando rupturas que levariam a maior atuação do Estado futuramente.

No Cadastro Único, instrumento utilizado por mais de 20 programas sociais federais para a seleção de beneficiários, a ausência de recursos dificultará a inclusão e a atualização de informações sobre as famílias de baixa renda, prejudicando o acesso aos programas sociais;

No caso do Programa Bolsa Família, a ausência de recursos implicará na falta de acompanhamento de aproximadamente 170 mil famílias que possuem crianças com irregularidades na frequência escolar e carteira de vacinação, restringindo a possibilidade de alteração das condições de pobreza vivenciadas por essas crianças e adolescentes.

A última Conferência Nacional de Assistência Social deliberou o II Plano Decenal da Assistência Social – 2016/2026, que circunscreveu a Assistência Social às estratégias de enfrentamento da pobreza, ampliação da seguridade social, universalização do SUAS e a integralidade das proteções sociais.

Entendemos e, por isso, repudiamos que os cortes na Assistência Social integram as opções do governo federal para redução no investimento público necessário para defesa, fortalecimento e ampliação da proteção social brasileira, na contramão das demandas sociais e da necessidade de ampliação de serviços previstos no II Plano Decenal.

O CNAS, como órgão colegiado, instância máxima de defesa dos direitos socioassistenciais, atuará junto a todas as instâncias do Poder Executivo, legislativo, Judiciário e Ministério Público, tendo em vista o descumprimento das normativas e legislações do SUAS para a garantia de direitos.

Por isso, convocamos vocês gestores públicos de todas as esferas, os Trabalhadores, os Usuários, as Entidades de Assistência Social, os Parlamentares, os Fóruns de Assistência Social, FONSEAS e CONGEMAS, os Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social e outras representações, a unirem forças em defesa do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e em defesa da seguridade social pública.

Não há futuro para a Política Pública de Assistência Social sem Seguridade Social Pública.
NENHUM DIREITO A MENOS! #RESPEITEOSUAS!

Brasília/DF 20 de setembro de 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Link para adesão à nota:

<https://www.abaixoassinado.org/assinaturas/assinar/37598>